

Relatório Anual

2011



APRESENTAÇÃO

Cumprindo o que estabelece a Resolução N.º 23 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, de 23 de dezembro de 2006 e a Instrução SPC Nº 14, de 18 de janeiro de 2007 e os dispositivos estatutários e regulamentares, a BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada apresenta, aos seus Participantes e às suas Patrocinadoras, o Relatório Anual das Atividades relativas ao exercício de 2011, acompanhado das Demonstrações Contábeis e dos Pareceres dos Auditores Independentes, do Atuário, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

Lembramos que, com a aprovação do Programa de Educação Financeira e Previdenciária pela PREVIC, a BFPP ficou dispensada do envio deste Relatório Anual de 2011 de forma impressa. Assim, a BFPP fará sua divulgação através de email aos participantes, intranet das patrocinadoras e na internet, no site da Entidade (www.bfpp.com.br).

MENSAGEM DA DIRETORIA

Através deste Relatório Anual temos a satisfação de apresentar a vocês, Participantes e Patrocinadoras, as atividades desenvolvidas e os resultados alcançados pela BFPP em 2011.

Mais um ano de grandes desafios se encerrou. De um lado, o desafio de obter bons resultados para as carteiras de investimentos, em meio a um cenário econômico que seguiu volátil e incerto, reflexo das dificuldades enfrentadas no mercado externo, com a Zona do Euro mantendo o foco voltado para a redução do seu déficit fiscal e a economia norte-americana lutando para retomar o crescimento. No mercado interno, a pressão inflacionária provocada pelo aquecimento da economia brasileira e a redução da taxas de juros verificadas no 2º semestre foram os eventos que mais se destacaram. Apesar deste cenário, a BFPP apresentou uma rentabilidade consolidada de 8,98% em 2011.

De outro lado, o ambiente interno vem demandando grandes esforços no sentido de harmonizar os planos de previdência oferecidos aos funcionários da Brasil Foods.

Para atender o novo desenho da estrutura societária das patrocinadoras da BFPP, decorrentes da aprovação da fusão da Sadia S.A. e da Perdigão S.A., pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, foram promovidas importantes alterações no Estatuto da Entidade e nos Regulamentos do Plano I e do Plano II, bem como a implantação de um novo plano de benefícios, que você confere nas páginas a seguir.

Destacamos ainda outra importante ação realizada em 2011: a estruturação do Programa de Educação Financeira e Previdenciária, já devidamente aprovado pela PREVIC, e que será oficialmente lançado em maio próximo. O Programa tem por objetivo disseminar informações e fomentar o desenvolvimento de uma cultura financeira e previdenciária de seus participantes e potenciais participantes.

Agradecemos aos Conselheiros, aos membros do Comitê de Investimentos, à equipe de gestão da BFPP, aos RH's locais, fornecedores, parceiros de negócio, Patrocinadoras e Participantes por compartilharem conosco mais um ano de muito trabalho e sucesso.

Boa leitura!

Diretoria da BFPP

PRINCIPAIS DESTAQUES DE 2011

Certificação de Dirigentes: a certificação é uma conquista e um avanço na gestão e na governança, pois atesta o nível de qualificação dos profissionais da Entidade ligados à gestão dos investimentos. A BFPP encerrou 2011 com **6 profissionais certificados** pelo ICSS - Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social, por meio do seu processo de avaliação por experiência. Os profissionais certificados são:

- **Rosane von Mecheln** – Diretora Superintendente e Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)
- **Vilço de Medeiros** – Diretor de Seguridade
- **Gilberto Antonio Orsato** – Presidente do Conselho Deliberativo
- **Antonio Luiz Oneda** – Membro do Conselho Deliberativo
- **Edina Aparecida Gomes Biava** – Membro do Comitê de Investimentos
- **Antonio Carlos Zanella** – Membro do Comitê de Investimentos

Programa Integrado de Educação Financeira e Previdenciária:

este programa foi desenvolvido e está sendo implementado em parceria com outros 12 fundos de pensão de Santa Catarina, através da ASCPrev – Associação Catarinense de Previdência Complementar. Tem por objetivo contribuir para a formação de consciência financeira e previdenciária, buscando a melhoria da saúde financeira e também estimular novas adesões aos planos. Em outubro de 2011 a BFPP submeteu seu Programa de Educação Financeira e Previdenciária à aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. Com o programa aprovado, a BFPP fica dispensada do envio impresso do Relatório Anual de 2011. O lançamento oficial do Programa está marcado para o dia 30 de maio próximo.

Transferência de Gerenciamento do Plano FAF para a BFPP:

como parte do Projeto de Harmonização dos Planos de Previdência, o processo de transferência de gerenciamento do Plano FAF, atualmente administrado pela Fundação Attilio Francisco Xavier Fontana – FAF, para a Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada – BFPP, encontra-se sob análise da PREVIC, e aguarda sua aprovação. Após a devida aprovação e efetiva transferência do gerenciamento, a BFPP será a Entidade a

administrar todos os planos de benefícios de previdência oferecidos pela Brasil Foods a todos os seus funcionários.

Implantação do Plano III: em 01/10/2011 entrou em funcionamento o Plano III de Previdência Brasil Foods (CNPB 2011.0016-92). Constituído na modalidade de Contribuição Definida, o Plano III está aberto para adesões dos funcionários das patrocinadoras: Brasil Foods S.A.; Sadia S.A.; Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo BRF e a própria BFPP.

Treinamentos: em decorrência das alterações promovidas nos regulamentos dos Planos I e II e da implantação do Plano III, no segundo semestre de 2011 foram realizados vários eventos de treinamentos com objetivo de orientar, tirar dúvidas e melhor preparar as equipes de Recursos Humanos, responsáveis pelos processos da BFPP nas unidades e regionais, tanto para oferecer o novo plano aos funcionários quanto atender aos participantes que os procuram.

Fiscalização PREVIC: Iniciada em agosto de 2011, a fiscalização conduzida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, órgão público que regulamenta e fiscaliza os Fundos de Pensão, avaliou processos financeiros, administrativos, contábeis e de investimentos relativos ao Plano I de Previdência Brasil Foods. Em atendimento à determinação da PREVIC apontada em seu relatório de fiscalização, a BFPP realizou estudo de aderência das premissas e hipóteses atuariais adotadas, que são utilizadas no processo de avaliação atuarial, em especial do Plano I, em função do benefício de renda vitalícia oferecido pelo plano. O estudo concluiu que as premissas adotadas estão aderentes à massa de participantes do Plano. Atendidas as recomendações e determinações da PREVIC, BFPP aguarda o recebimento do relatório final.

Nova Identidade Visual da BFPP: criada uma nova identidade visual para a BFPP, com o objetivo de adequar a marca da Entidade à sua nova razão social, e especialmente aproximá-la mais dos participantes, transmitindo visualmente o que a BFPP representa para todos os funcionários da Brasil Foods: segurança, credibilidade e confiança no futuro.

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO E REGULAMENTOS¹

Confira abaixo as principais alterações promovidas no Estatuto da Entidade e nos Regulamentos dos Planos I e II, bem como a implantação do Plano III, processos devidamente aprovados pelo Conselho Deliberativo da BFPP e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC:

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

Aprovação: Ofício nº 2.609/CGAT/DITEC/PREVIC, de 21 de junho de 2011

Principais alterações:

- Razão social: de Perdigão Sociedade de Previdência Privada – PSPP para Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada – BFPP
- Sede da Entidade: de Videira (SC) para São Paulo (SP)
- Tempo de duração dos mandatos dos Órgãos Estatutários: de 4 (quatro) para 3 (três)
- Periodicidade das reuniões da Diretoria Executiva: de mensal para quinzenal
- Periodicidade das reuniões do Conselho Deliberativo: de trimestral para bimensal.

ALTERAÇÃO NO REGULAMENTO DO PLANO I

Aprovação: Ofício nº 4.099/CGAT/DITEC/PREVIC, de 05 de setembro de 2011

Quadro Resumo das Principais Alterações		
Item	Como era	Como ficou
Nome do Plano	Plano de Benefícios Perdigão Previdência – Plano I	Plano I de Previdência Brasil Foods – Plano I
Contribuição Suplementar	Via folha de pagamento Via depósito bancário	Via folha de pagamento
Perda da condição de participante por inadimplência	3 meses consecutivos ou 6 alternados, no mesmo ano civil	3 meses consecutivos ou alternados, no mesmo ano civil
Custeio das despesas administrativas	Custeadas pelas patrocinadoras	Custeada pela patrocinadora e pelos participantes (cfme. for definido anualmente no plano de custeio)
Possibilidade de migração	Para o Plano II	Para o Plano III (01/10 a 30/11/2011)

ALTERAÇÃO NO REGULAMENTO DO PLANO II

Aprovação: Ofício nº 4.167/CGAT/DITEC/PREVIC, de 09 de setembro de 2011

Quadro Resumo das Principais Alterações		
Item	Como era	Como ficou
Nome do Plano	Plano II de Previdência Perdigão – Plano II	Plano II de Previdência Brasil Foods- Plano II
Situação do Plano	Aberto para adesões	Fechado para adesões a partir de 01/10/2011
Perfis de Investimentos	Não previsto	Previsto
Percentuais de contribuição básica, (acima de 10 URBF ²)	3,7%, 5% ou 7%	De 3% a 7%
Tempo de vinculação ao Plano (elegibilidade à aposentadoria)	10 anos	3 anos

¹ A íntegra do Estatuto e dos Regulamentos dos Planos I, II e III está disponível no site da BFPP (www.bfpp.com.br)

² Unidade de Referência Brasil Foods

Quadro Resumo das Principais Alterações		
Item	Como era	Como ficou
normal, antecipada e benefício proporcional)		
Renda por prazo determinado	5, 10, 15 ou 20 anos	De 5 a 25 anos
Renda mensal fixa em reais	Entre 0,5% e 1% do saldo de conta aplicável	Entre 0,3% e 1,2% do saldo de conta aplicável
Contribuição Suplementar	Via folha de pagamento	Via folha de pagamento
	Via depósito bancário	
Perda da condição de participante por inadimplência	3 meses consecutivos ou 6 alternados, no mesmo ano civil	3 meses consecutivos ou alternados, no mesmo ano civil
Custeio das despesas administrativas	Custeadas pelas patrocinadoras	Custeada pela patrocinadora e pelos participantes (cfme. for definido anualmente no plano de custeio)
Possibilidade de migração	-	Para o Plano III (01/10 a 30/11/2011)

IMPLANTAÇÃO DO PLANO III DE PREVIDÊNCIA BRASIL FOODS

Aprovação: Ofício nº 3362/CGAF/DITEC/PREVIC, de 26 de julho de 2011

CNPB: 2011.0016-92

Modalidade: Contribuição Definida (CD)

Foi aprovado ainda o Convênio de Adesão celebrado entre a Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada - BFPP e as empresas Patrocinadoras do Plano III de Previdência Brasil Foods.

QUADRO RESUMO DE PATROCINADORAS POR PLANO DE BENEFÍCIO

Patrocinadoras	Plano I	Plano II	Plano III
Brasil Foods S.A.	X	X	X
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo BRF	X	X	X
Sino dos Alpes Alimentos Ltda.		X	
Sadia S.A.			X
Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada - BFPP		X	X

GESTÃO PREVIDENCIAL

PARTICIPANTES

A BFPP encerrou 2011 com 14.014 participantes, categorizados da seguinte forma:

Participantes	Plano I	Plano II	Plano III	Total
Ativos	1.983	11.193	615	13.791
Autopatrocinados	13	109	-	122
Diferidos	8	30	-	38
Assistidos - Aposentados	43	12	-	55
Assistidos - Pensionistas	8	-	-	8
Total	2.055	11.344	615	14.014

Entenda o que diferencia cada tipo de participante:

- **Ativos:** são os participantes que ainda mantêm o vínculo empregatício com as patrocinadoras e com a BFPP;
- **Autopatrocinados:** são os participantes que já se desligaram da patrocinadora, mas permanecem vinculados à BFPP, efetuando as contribuições previdenciárias e as contribuições para o custeio das despesas administrativas, aguardando o cumprimento dos requisitos para requerer o benefício.
- **Diferidos:** são os participantes que já se desligaram da patrocinadora, mas permanecem vinculados à BFPP, efetuando somente as contribuições para o custeio das despesas administrativas, e aguardando o cumprimento dos requisitos para requerer o benefício.
- **Participantes assistidos - Aposentados:** são os participantes que já se desligaram da patrocinadora e já estão recebendo benefício pago pelos planos de previdência da BFPP.
- **Participantes assistidos - Pensionistas:** são os beneficiários dos participantes já falecidos, que recebem benefício pago pelos planos de previdência da BFPP.

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS

Receitas previdenciárias são as contribuições que os participantes e as patrocinadoras fazem mensalmente, para os planos de previdência.

Em 2011 as receitas previdenciárias da BFPP somaram R\$ 17.554 mil, sendo 54,07% relativas às contribuições de Participantes e 45,93% relativas às contribuições de Patrocinadoras, assim distribuídas:

(em milhares de Reais)

	Plano I	Plano II	Plano III	TOTAL	% sobre total
Patrocinadoras	453	7.557	53	8.063	45,9
- Normal	425	6.570	53	7.048	40,2
- Especial	28	288	-	316	1,8
- Específica	-	699	-	699	4,0
Participantes	198	9.211	82	9.491	54,1
- Básica	164	6.544	53	6.761	38,5
- Suplementar	34	2.181	29	2.244	12,8
- Portabilidade (entrada)	-	486	-	486	2,8
TOTAL	651	16.768	135	17.554	100,0

BENEFÍCIOS PAGOS

A folha de pagamento dos benefícios dos Planos I e II atingiu, em 2011, R\$ 2.670 mil, sendo 76,2% relativas às aposentadorias de prestação continuada e 23,8% referente às aposentadorias de prestação única. Em 31/12/2011, o Plano III ainda não havia nenhum participante em benefício.

Os benefícios são calculados considerando o saldo de conta acumulado, que é formado pelas contribuições dos Participantes e das Patrocinadoras, acrescida da rentabilidade dos investimentos.

em milhares de Reais

	Plano I		Plano II		Plano III		TOTAL	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Prestação Continuada								
Aposentadoria Normal	19	539	5	919	-	-	24	1.458
Aposentadoria Antecipada	19	250	5	115	-	-	24	365
Aposentadoria por Invalidez	2	13	-	-	-	-	2	13
Benefício Proporcional Diferido	3	29	2	67	-	-	5	96
Pensão por Morte	8	102	-	-	-	-	8	102
Sub-Total	51	933	12	1.101	-	-	63	2.034
Prestação Única								
Aposentadoria Normal	1	87	-	-	-	-	1	87
Aposentadoria Antecipada	3	64	2	65	-	-	5	129
Aposentadoria por Invalidez	30	195	23	155	-	-	53	350
Bem.Propor.Diferido	4	37	-	-	-	-	4	37
Pensão por Morte	3	26	3	7	-	-	6	33
Sub-Total	41	409	28	227	-	-	69	636
TOTAL GERAL	92	1.342	40	1.328	-	-	132	2.670

Benefícios de prestação continuada são os benefícios cujo pagamento é realizado em parcelas mensais e consecutivas.

Benefícios de prestação única são os benefícios cujo valor mensal é inferior a uma URP (Unidade de Referência Perdigão). Nestes casos, de acordo com os Regulamentos dos Planos, o valor total do saldo de conta é pago integralmente, em uma única parcela.

INSTITUTOS

em milhares de Reais

	Plano I		Plano II		Plano III		Total	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Resgate Total	19	683	30	1.767	-	-	49	2.450
Resgate Contribuições	146	176	697	2.443	-	-	843	2.619
Portabilidade	1	34	16	526	-	-	17	560
Total	166	893	743	4.736	-	-	909	5.629

- **Resgate Total:** Pago aos participantes elegíveis a um benefício pelo plano, que optam por resgatar o valor das contribuições, com direito ao recebimento de 100% do saldo de conta de participante + 100% saldo de conta da patrocinadora;
- **Resgate contribuições:** Pago aos participantes ainda não são elegíveis a um benefício pelo plano, e optam por resgatar o valor das contribuições, com direito ao recebimento de 100% do saldo de conta de participante e parte do saldo de conta da patrocinadora de acordo com tempo de serviço creditado e disposições regulamentares.
- **Portabilidade:** Opção que o participante que se desliga da patrocinadora exerce de transferir o saldo correspondente a 100% do saldo de conta de Participante + 100% saldo de conta da Patrocinadora para outro plano de previdência.

CENÁRIO ECONÔMICO

O cenário externo se manteve desafiador em 2011 tendo como temas principais a crise fiscal na Zona do Euro e a desaceleração do crescimento mundial. A Europa manteve o foco na redução dos déficits fiscais no curto prazo e no alinhamento das políticas fiscais no longo prazo, no fortalecimento dos instrumentos de apoio financeiro aos países vulneráveis e, na elevação da capitalização dos bancos e oferta de linhas de financiamento para as instituições financeiras. Já os EUA apresentaram índices de atividades positivos no último semestre de 2011, entretanto permaneceram com o ritmo de crescimento comprometido principalmente pelo endividamento das famílias e pelas altas taxas de desemprego.

No Brasil, o Banco Central buscou se antecipar aos efeitos da crise global e iniciou a trajetória de redução da taxa básica de juros em agosto, além de reverter algumas medidas macroprudenciais tomadas em 2010. Apesar disso, o 3º trimestre registrou retração da atividade econômica de 0,1, fechando o ano com expansão de 2,7%. O mercado de trabalho, entretanto, permaneceu aquecido com taxas de desemprego reduzidas ao longo do período, sendo isso determinante para manter o consumo em patamar elevado. Já a inflação, medida pelo IPCA, registrou alta de 6,5% no ano, sendo essa aceleração explicada, principalmente, pelo aumento do nível de emprego e do poder de compra da população brasileira.

GUIA PREVIC – MELHORES PRÁTICAS EM INVESTIMENTOS



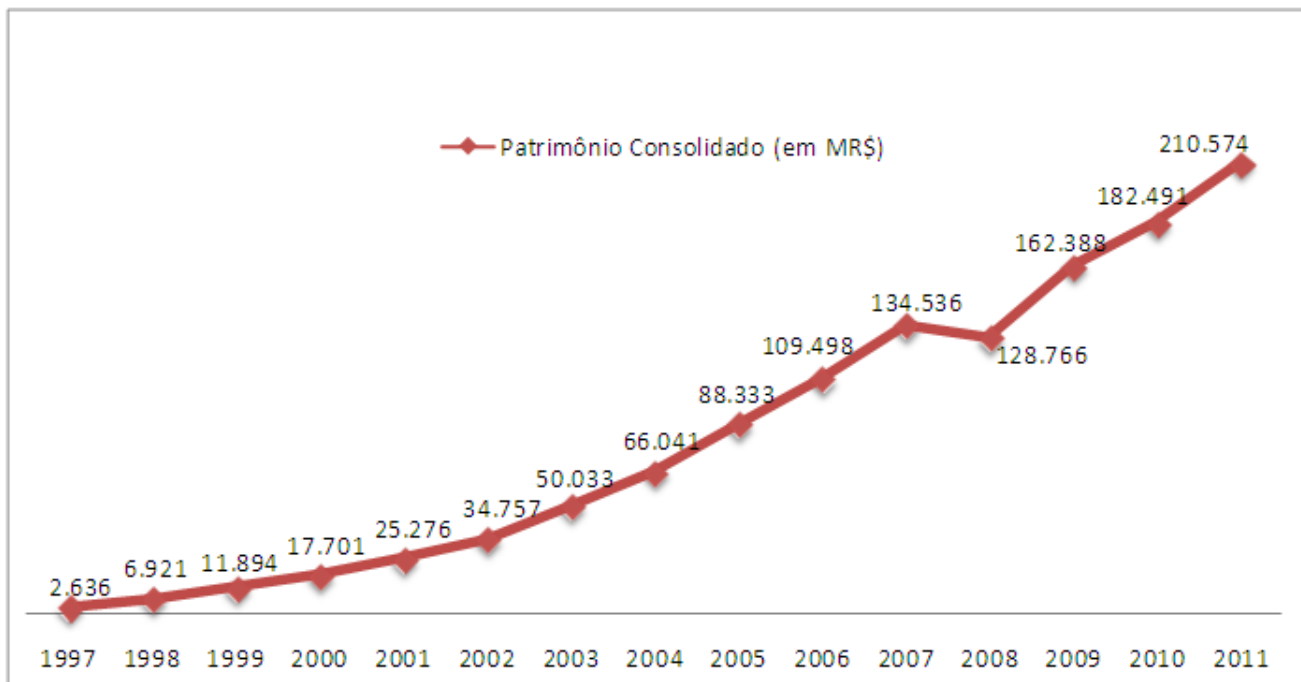
Em novembro de 2011 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, órgão regulador e fiscalizador dos fundos de pensão como a BFPP, lançou o Guia PREVIC – Melhores Práticas em Investimentos. O Guia serve de referência para dirigentes, participantes, assistidos, patrocinadores, instituidores e seus próprios servidores quanto ao dia-a-dia da gestão dos investimentos. O Guia também fornece orientação geral sobre alguns temas da legislação específica da previdência complementar fechada.

O Guia PREVIC – Melhores Práticas em Investimentos está disponível no site na BFPP (www.bfpp.com.br)

PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social da BFPP é constituído pelas contribuições dos Participantes e das Patrocinadoras, acrescido do retorno dos investimentos. Em 31/12/2011, o patrimônio da BFPP era de R\$ 210,5 milhões, 15,34% superior ao valor de encerramento de 2010.

Acompanhe abaixo a evolução do patrimônio da BFPP, desde a sua fundação em 1997.



O valor do Patrimônio pode aumentar com o aumento na arrecadação de contribuições e com a rentabilidade positiva na carteira de investimentos, e pode reduzir através do pagamento de benefícios e eventual rentabilidade negativa da carteira de investimentos.

Em 31/12/2011, do valor total do patrimônio da BFPP, MR\$ 209.275 estavam alocados nos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Segmento	Investimento (em MR\$)	% sobre Investimento
Renda Fixa	159.406	76,17%
Renda Variável	49.869	23,83%
Total Consolidado	209.275	100,00%

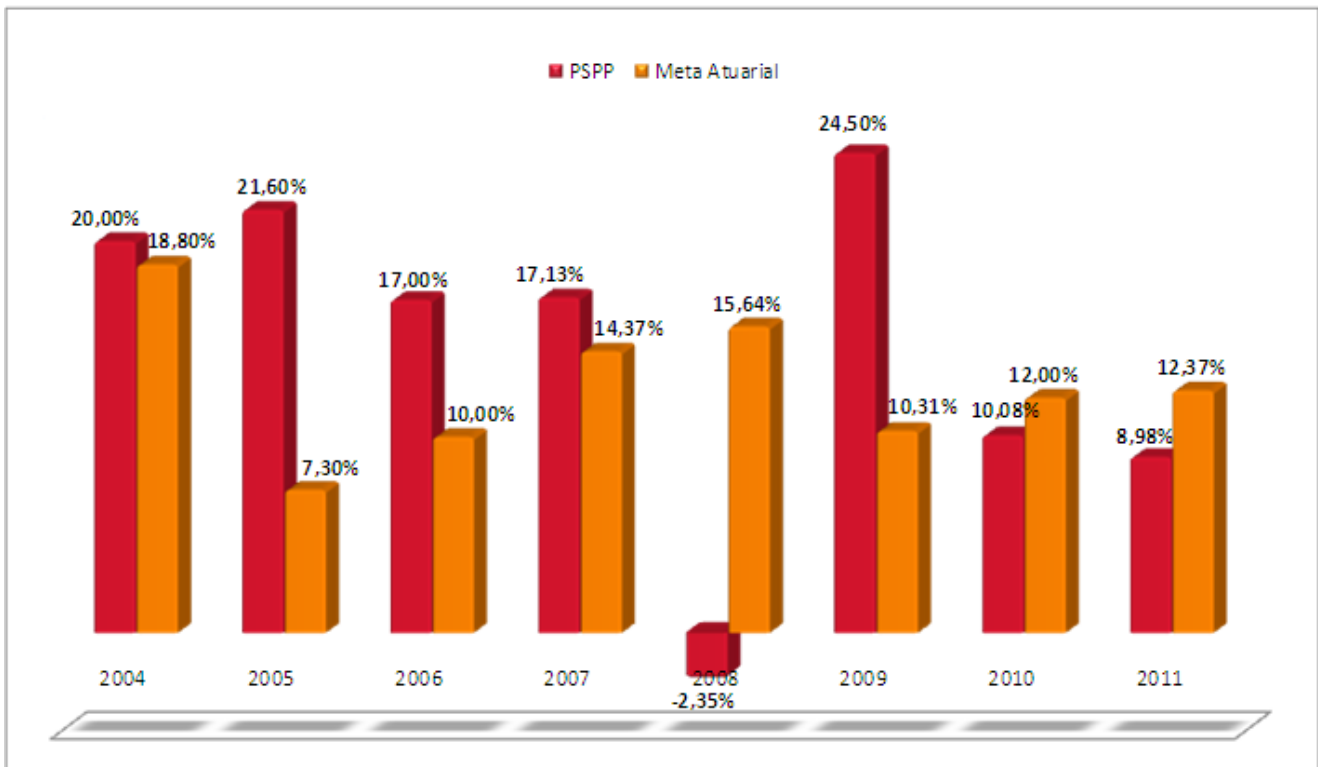
Do total aplicado em Renda Variável, 10,3%³, equivalente a MR\$ 21.467, referem-se à carteira de investimentos composta por ações da Patrocinadora (BRFS3).

RENTABILIDADE CONSOLIDADA

Diante do cenário econômico que se apresentou, a rentabilidade consolidada em 2011 foi de 8,98%. Este resultado foi inferior a meta atuarial da BFPP (IPCA + 5,5%a.a.) que atingiu 12,37%.

O resultado consolidado foi impactado pelo fraco desempenho do segmento de Renda Variável que, apesar de apresentar um retorno superior ao Ibovespa, acumulou no ano 1,36% de rendimento. Este desempenho acima do índice deve-se principalmente à rentabilidade advinda da carteira estratégica de ações da patrocinadora Brasil Foods (BRFS3).

³ Alocação superior ao limite estabelecido na Política de Investimentos e na legislação vigente (10%) em decorrência de desenquadramento passivo por conta da valorização dos ativos. Por se tratar de desenquadramento passivo, a Entidade tem 720 dias da ocorrência para promover o enquadramento.

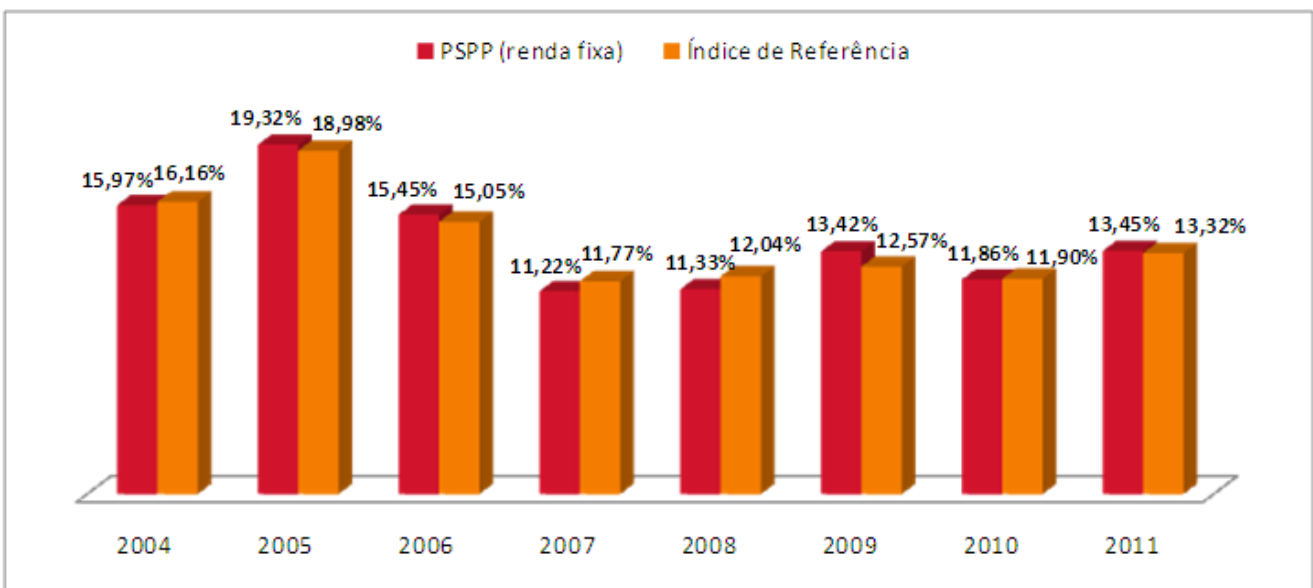


RENTABILIDADE – RENDA FIXA

O segmento de Renda Fixa encerrou o ano de 2011 representando 76,1% da carteira de investimentos. A rentabilidade deste segmento foi de 13,45%, ficando acima do seu índice de referência que foi de 13,32% (correspondente a 60% do CDI + 10% IMA-B5 + 30 % IMA-B 5+).

A estratégia de alongamento da carteira, reduzindo a exposição em ativos de curto prazo (em especial a parcela CDI do *benchmark*), e aumentando a exposição em médio e longo prazo (ativos atrelados à preços e inflação – parcela IMA-B), dado o cenário de pressão inflacionária, tem se mostrado efetiva, como demonstra a rentabilidade acumulada no segmento de renda fixa.

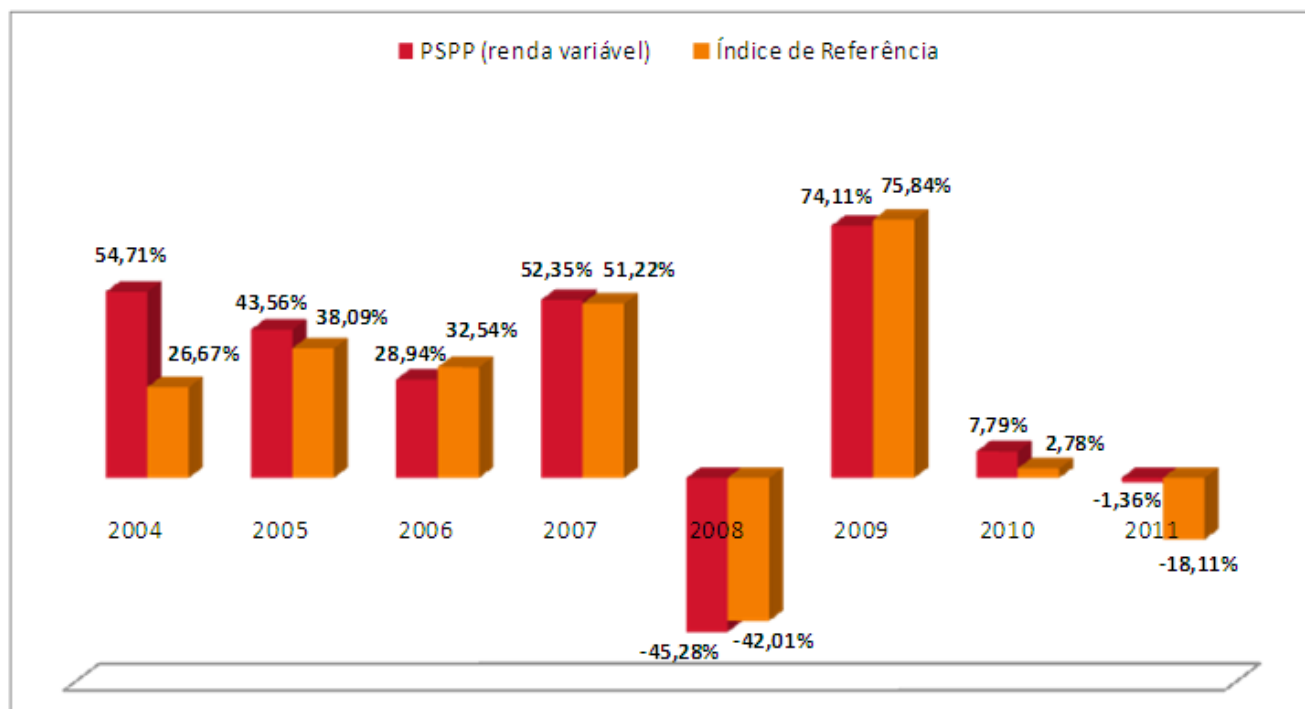
A carteira foi beneficiada, principalmente, pelo retorno da carteira composta por títulos atrelados aos índices de preços, dada a pressão inflacionária verificada no período, com destaque para a porção atrelada ao índice IPCA.



RENTABILIDADE – RENDA VARIÁVEL

O segmento de Renda Variável representou 23,9% da carteira de investimentos em dezembro de 2011. Deste volume, 13,6% estão alocados em Fundos de Investimentos e 10,3% em carteira de ações da patrocinadora (BRFS3).

A rentabilidade consolidada do segmento de renda variável em 2011 foi de -1,36%, ficando acima do índice de referência que foi de -18,11% (correspondente ao Ibovespa). A carteira de ações da patrocinadora (BRFS3) rentabilizou 33,0%.



APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A tabela abaixo apresenta uma listagem de todos os investimentos da BFPP especificando cada ativo (fundos de investimento, títulos e valores mobiliários, imóveis, etc.) e os valores aplicados.

Veículo de Investimento	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total	% Sobre o Segmento
Fundos de Investimento	177.212.645,21	84,7%	100,0%
Western Asset Inst. 50 Ações FI	28.402.304,42	13,6%	16,0%
PSPP Multimercado FICFI	79.713.867,66	38,1%	45,0%
HSBC FI Renda Fixa Cred Priv Multi IV	29.096.334,48	13,9%	16,4%
HSBC FI Renda Fixa Mississippi	20.687.807,57	9,9%	11,7%
HSBC FI Renda Fixa Volga	12.553.923,40	6,0%	7,1%
HSBC FI Renda Fixa Tamisa	6.758.407,68	3,2%	3,8%
Ações em Carteira	21.467.064,86	10,3%	100,0%
Carteira Títulos Públicos	10.368.644,97	5,0%	100,0%
Disponível, valor a pagar e valor a receber	227.620,98	0,1%	100,0%
TOTAL	209.275.976,02	100,0%	100,0%

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Em atendimento Resolução CGPC nº. 23 de 06/12/06 e Instrução SPC nº. 14 de 18/01/07 apresentamos a seguir um resumo das Políticas de Investimentos 2012. A íntegra destes documentos encontra-se no site da

Entidade (www.BFPP.com.br).

Meta Atuarial / Índice de Referência		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
Jan/2012 a Dez/2012	IPCA	5,5% a.a.
Documentação / Responsável		
Aprovação Da Política de Investimentos pelo Conselho Deliberativo		
4ª Reunião Ordinária	Data: 20/12/2011	
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado		
Nome	CPF	Cargo
Rosane von Mecheln	552.220.999-20	Diretora Superintendente
Planos Abrangidos		
CNPB	Nome do Plano	
1996.0047-19	Plano I de Previdência Brasil Foods – Plano I	
2009.0005-11	Plano II de Previdência Brasil Foods – Plano II	
2011.0016-92	Plano III de Previdência Brasil Foods - Plano III	
Gestão dos recursos		
Tipo de Gestão	Terceirizada	
Gestores	HSBC Asset Management	
	Banco Itaú S.A.	
	Western Asset Management Company	

OBJETIVO DA GESTÃO

Esta Política de Investimentos descreve a filosofia das práticas de investimentos da BFPP, sendo desenvolvida para nortear a gestão dos ativos que lhe são confiadas.

O compromisso da BFPP é administrar os recursos dos planos de benefícios de forma eficiente e econômica, gerindo os riscos e buscando taxas de retorno consistentes que igualem, ao menos, a sua meta atuarial, que é de IPCA + 5,5% ao ano.

DIRETRIZES DE APLICAÇÃO

COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A tabela a seguir mostra a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3792. Essa alocação foi definida com base em estudo de macro-alocação de ativos, elaborado com o intuito de determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício dessa política de investimento:

Segmento	Limite Legal	Plano I			Plano II e Plano III		
		Alocação Objetivo	Limites		Alocação Objetivo	Limites	
			Inferior	Superior		Inferior	Superior
Renda Fixa	100,0%	87,3%	82,0%	88,0%	81,0%	71,5%	90,5%
Renda Variável	70,0%	12,7%	6,4%	19,5%	19,0%	9,5%	28,5%
Investimentos Estruturados	20,0%	-	-	10,0%	-	-	10,0%
Investimentos no Exterior	10,0%	-	-	10,0%	-	-	10,0%
Imóveis	8,0%	-	-	8,0%	-	-	8,0%
Operações com Participantes	15,0%	-	-	15,0%	-	-	15,0%

ÍNDICES DE REFERÊNCIA E META DE RENTABILIDADE

A Resolução CMN nº 3.792 exige que as entidades fechadas de previdência complementar definam índices de referência (benchmarks) e metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está, evidentemente, sujeito às variações do mercado.

Segmento	Benchmark			
	Plano I	Plano II	Plano III	PGA
Renda Fixa	37% (Carteira ALM) + 63% [55% (CDI + 0,3%) + 5% (IMAB 5) + 40% (IMAB 5+)]	55% (CDI + 0,3%) + 5% (IMAB 5) + 40% (IMAB 5+)	55% (CDI + 0,3%) + 5% (IMAB 5) + 40% (IMAB 5+)	55% (CDI + 0,3%) + 5% (IMAB 5) + 40% (IMAB 5+)
Renda Variável	IBOVESPA + 1% ao ano	IBOVESPA + 1% ao ano	IBOVESPA + 1% ao ano	IBOVESPA + 1% ao ano

POLÍTICA DE RISCO

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, "Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco", da Resolução CMN nº 3792, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

Os procedimentos descritos na Política de Investimentos buscam estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, controlar e monitorar os diversos riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e legal.

Esse tópico disciplina, ainda, o controle de riscos referente ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792 e por esta política de investimentos.

A política de riscos da BFPP está concentrada nas seguintes modalidades: Risco de Mercado; Risco de Crédito; Risco de Liquidez; Risco Atuarial; Risco da Exposição com Derivativos; Risco Operacional; Risco Legal; e Risco Sistemico.

DERIVATIVOS

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.792 e regulamentações posteriores.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas referentes ao programa previdencial e as despesas de administração de investimentos, exceto a taxa de administração, são reembolsadas pela Patrocinadora. As despesas comuns aos dois planos administrados pela BFPP são rateadas entre eles proporcionalmente à sua participação no patrimônio total.

O quadro abaixo apresenta as despesas administrativas anuais da Entidade, segregadas por Plano:

(Valores em Reais)

Despesas	Plano I	Plano II	Plano III	Total	%
Gestão Previdencial					
Auditoria	4.101	24.540	2	28.643	5,52
Consultoria Atuarial	12.154	64.383	-	76.537	14,75
Despesas com Divulgação	5.284	30.273	1	35.558	6,85
Despesas com Treinamento	698	3.802	-	4.500	0,87
Entidades de Classe	2.272	11.894	-	14.166	2,73
Pis/Cofins	2.551	14.399	-	16.950	3,27
Seguros	612	3.060	-	3.672	0,71
Tafic	1.875	10.500	-	12.375	2,38
Taxa Administração Passivo	20.924	111.326	1	132.251	25,48
Subtotal	50.471	274.177	4	324.652	62,55
Investimentos					
Consultoria Financeira/Risco	8.041	44.354	1	52.396	10,10
Pis/Cofins	1.875	7.472	-	9.347	1,80
Taxa SELIC	836	-	-	836	0,16
Taxa de Administração	26.504	105.265	1	131.770	25,39
Sub Total	37.256	157.091	2	194.349	37,45
Total	87.727	431.268	6	519.001	100,00

Do total de despesas com a Gestão Previdencial, 25,48% referem-se à administração do passivo, que atualmente é realizada pelo HSBC Adm. de Serviços para Fundo de Pensão (Brasil) Ltda.

Gestão Contábil

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(em milhares de Reais)

Ativo	2011	2010	Passivo	2011	2010
Disponível	4	1	Exigível operacional	268	446
Realizável	210.838	182.936	Gestão previdencial	218	385
Gestão previdencial	1.527	1.283	Gestão administrativa	50	61
Gestão administrativa	36	-	Patrimônio social	210.574	182.491
Investimentos	209.275	181.653	Patrimônio de cobertura do plano	205.079	178.146
Títulos públicos	10.368	-	Provisões matemáticas	203.869	176.922
Ações	21.440	15.815	Benefícios concedidos	16.652	12.256
Fundos de investimento	177.467	165.838	Benefícios a conceder	188.964	166.822
			(-) provisões matemáticas a constituir	(1.746)	(2.156)
			Equilíbrio técnico	1.210	1.224
			Resultados realizados	1.210	1.224
			Superávit técnico acumulado	1.210	1.224
			Fundos	5.495	4.345
			Fundos previdenciais	5.422	4.314
			Fundos administrativos	73	31
Total do ativo	210.842	182.937	Total do passivo	210.842	182.937

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

(em milhares de Reais)

Descrição	2011	2010	Varição (%)
A) Patrimônio social - início do exercício	182.491	162.388	12
1. Adições	40.574	43.850	(7)
Contribuições previdenciais	22.961	26.958	(15)
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	17.052	16.310	5
Receitas administrativas	556	581	(4)
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	5	1	400
2. Destinações	(12.491)	(23.747)	(47)
Benefícios	(11.972)	(23.191)	(48)
Constituição de contingências - Gestão previdencial	-	(5)	-
Despesas administrativas	(519)	(551)	(6)
3. Acréscimo/(decréscimo) no patrimônio social (1+2)	28.083	20.103	40
Provisões matemáticas	26.947	18.488	46
(Déficit) técnico do exercício	(14)	(40)	(65)
Fundos previdenciais	1.108	1.624	(32)
Fundos administrativos	42	31	35
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)	210.574	182.491	15

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL – PLANO I

(em milhares de Reais)

Descrição	2011	2010	Varição (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	30.623	44.361	(31)
1. Adições	3.352	4.593	(27)
Contribuições	393	921	(57)
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	2.959	3.672	(19)
2. Destinações	(5.982)	(18.331)	(67)
Benefícios	(5.928)	(18.223)	(67)
Constituição de contingências - Gestão previdencial	-	(5)	-
Custeio administrativo	(54)	(103)	(48)
3. Acréscimo/(decréscimo) no ativo líquido (1+2)	(2.630)	(13.738)	(81)
Provisões matemáticas	(2.582)	(13.873)	(81)
Fundos previdenciais	(34)	175	(119)
Superávit (déficit) técnico do exercício	(14)	(40)	(65)
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	27.993	30.623	(9)
C) Fundos não previdenciais	30	24	21
Fundos administrativos	30	24	21

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL – PLANO II

(em milhares de Reais)

Descrição	2011	2010	Varição (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	151.837	118.027	29
1. Adições	35.812	39.024	(8)
Contribuições	21.719	26.385	(18)
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	14.093	12.639	12
2. Destinações	(6.352)	(5.214)	22
Benefícios	(6.044)	(4.969)	22
Custeio administrativo	(308)	(245)	25
3. Acréscimo/(decréscimo) no ativo líquido (1+2)	29.460	33.810	(13)
Provisões matemáticas	28.318	32.361	(12)
Fundos previdenciais	1.142	1.449	(21)
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	181.297	151.837	19
C) Fundos não previdenciais	43	7	529
Fundos administrativos	43	7	529

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL – PLANO III

(em milhares de Reais)

Descrição	2011
A) Ativo líquido - início do exercício	-
1. Adições	1.211
Contribuições	1.210
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	1
2. Destinações	-
3. Acréscimo/(decréscimo) no ativo líquido	1.211
Provisões matemáticas	1.211
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	1.211

DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO – DAL - PLANO I

(em milhares de Reais)

Descrição	2011	2010	Varição (%)
1. Ativos	28.054	30.899	(9)
Disponível	3	-	-
Recebível	67	61	10
Investimento	<u>27.984</u>	<u>30.838</u>	<u>(9)</u>
Títulos públicos	10.368	-	-
Ações	1.899	2.685	(29)
Fundos de investimento	15.717	28.153	(44)
2. Obrigações	31	253	(88)
Operacional	31	253	(88)
3. Fundos não previdenciais	30	24	25
Fundos administrativos	30	24	25
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	<u>27.993</u>	<u>30.623</u>	<u>(9)</u>
Provisões matemáticas	24.203	26.785	(10)
Superávit/(déficit) técnico	1.210	1.224	(1)
Fundos previdenciais	2.580	2.614	(1)

DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO – DAL - PLANO II

(em milhares de Reais)

Descrição	2011	2010	Varição (%)
1. Ativos	181.542	151.994	19
Disponível	1	1	-
Recebível	1.475	1.223	21
Investimento	<u>180.066</u>	<u>150.770</u>	<u>19</u>
Ações	19.409	13.127	48
Fundos de investimento	160.657	137.643	17
2. Obrigações	202	150	35
Operacional	202	150	35
3. Fundos não previdenciais	43	7	514
Fundos administrativos	43	7	514
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	<u>181.297</u>	<u>151.837</u>	<u>19</u>
Provisões matemáticas	178.455	150.137	19
Fundos previdenciais	2.842	1.700	67

DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO – DAL - PLANO III

(em milhares de Reais)

Descrição	2011
1. Ativos	1.211
Recebível	<u>58</u>
Investimento	<u>1.153</u>
Ações	124
Fundos de investimento	1.029
2. Obrigações	-
3. Fundos não previdenciais	-
4. Resultados a realizar	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	<u>1.211</u>
Provisões matemáticas	1.211

DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA - CONSOLIDADO

(em milhares de Reais)

Descrição	2011	2010	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	31	-	-
1. Custeio da gestão administrativa	561	582	(4)
1.1. Receitas	561	582	(4)
Custeio administrativo da gestão previdencial	362	348	4
Custeio administrativo dos investimentos	194	233	(17)
Resultado positivo dos investimentos	5	1	400
2. Despesas administrativas	519	551	(6)
2.1. Administração previdencial	325	318	2
Pessoal e encargos	4	1	300
Treinamentos/congressos e seminários	-	3	-
Serviços de terceiros	237	268	(12)
Despesas gerais	84	46	83
2.2. Administração dos investimentos	194	233	(17)
Serviços de terceiros	185	222	(17)
Despesas gerais	9	11	(18)
3. Resultado negativo dos investimentos	-	-	-
4. Sobre/(insuficiência) da gestão administrativa (1-2-3)	42	31	35
5. Constituição/(reversão) do fundo administrativo (4)	42	31	35
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5)	73	31	135,48

DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA - PLANO I

(em milhares de Reais)

Descrição	2011	2010	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	24	-	-
1. Custeio da gestão administrativa	93	162	(43)
1.1. Receitas	93	162	(43)
Custeio administrativo da gestão previdencial	54	103	(48)
Custeio administrativo dos investimentos	37	58	(36)
Resultado positivo dos investimentos	2	1	100
2. Despesas administrativas	87	138	(36)
2.1. Administração previdencial	50	80	(36)
2.1.1. Despesas comuns	47	75	(37)
2.1.2. Despesas específicas	3	5	(20)
Pessoal e encargos	-	-	-
Treinamentos/congressos e seminários	-	1	-
Despesas gerais	3	4	(25)
2.2. Administração dos investimentos	37	58	(36)
2.2.1. Despesas comuns	36	58	(38)
2.2.2. Despesas específicas	1	-	-
Serviços de terceiros	1	-	-
3. Resultado negativo dos investimentos	-	-	-
4. Sobre/(insuficiência) da gestão administrativa (1-2-3)	6	24	(79)
5. Constituição/(reversão) do fundo administrativo (4)	6	24	(79)
6. Operações transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5+6)	30	24	21

DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA - PLANO II

(em milhares de Reais)

Descrição	2011	2010	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	7	-	-
1. Custeio da gestão administrativa	468	420	11
1.1. Receitas	468	420	11
Custeio administrativo da gestão previdencial	308	245	26
Custeio administrativo dos investimentos	157	175	(10)
Resultado positivo dos investimentos	3	-	-
2. Despesas administrativas	432	413	4
2.1. Administração previdencial	275	238	15
2.1.1. Despesas comuns	257	228	13
2.1.2. Despesas específicas	18	10	70
Pessoal e encargos	3	1	200
Treinamentos/congressos e seminários	-	2	-
Despesas gerais	15	7	100
2.2. Administração dos investimentos	157	175	(10)
2.2.1. Despesas comuns	157	175	(10)
2.2.2. Despesas específicas	-	-	-
3. Resultado negativo dos investimentos	-	-	-
4. Sobre/(insuficiência) da gestão administrativa (1-2-3)	36	7	429
5. Constituição/(reversão) do fundo administrativo (4)	36	7	429
6. Operações transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5+6)	43	7	529

DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA - PLANO III

(em milhares de Reais)

Descrição	2011
A) Fundo administrativo do exercício anterior	-
1. Custeio da gestão administrativa	-
1.1. Receitas	-
Custeio administrativo da gestão previdencial	-
Custeio administrativo dos investimentos	-
Resultado positivo dos investimentos	-
2. Despesas administrativas	-
2.1. Administração previdencial	-
2.1.1. Despesas comuns	-
2.1.2. Despesas específicas	-
Pessoal e encargos	-
Treinamentos/congressos e seminários	-
Despesas gerais	-
2.2. Administração dos investimentos	-
2.2.1. Despesas comuns	-
2.2.2. Despesas específicas	-
Serviços de terceiros	-
3. Resultado negativo dos investimentos	-
4. Sobre/(insuficiência) da gestão administrativa (1-2-3)	-
5. Constituição/(reversão) do fundo administrativo (4)	-
6. Operações transitórias	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5+6)	-

DEMONSTRAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DOAP - PLANO I

(em milhares de Reais)

Descrição	2011	2010	Variação (%)
Patrimônio de cobertura do plano (1+2)	25.413	28.009	(9)
1. Provisões matemáticas	24.203	26.785	(10)
1.1. Benefícios concedidos	10.652	9.899	8
Contribuição definida	400	581	(31)
Benefício definido	10.252	9.318	10
1.2. Benefício a conceder	13.738	17.166	(20)
Contribuição definida	13.738	17.166	(20)
Saldo de contas - Parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	7.655	9.530	(20)
Saldo de contas - Parcela participantes	6.083	7.636	(20)
1.3. Provisões matemáticas a constituir	(187)	(280)	(33)
Serviço passado	(187)	(280)	(33)
Patrocinador(es)	(187)	(280)	(33)
2. Equilíbrio técnico	1.210	1.224	(1)
2.1. Resultados realizados	1.210	1.224	(1)
Superávit técnico acumulado	1.210	1.224	(1)
Reserva de contingência	1.210	1.224	(1)

DEMONSTRAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DOAP - PLANO II

(em milhares de Reais)

Descrição	2011	2010	Variação (%)
Patrimônio de cobertura do plano	178.455	150.137	19
1. Provisões matemáticas	178.455	150.137	19
1.1. Benefícios concedidos	6.000	2.357	155
Contribuição definida	6.000	2.357	155
1.2. Benefício a conceder	174.015	149.656	16
Contribuição definida	174.015	149.656	16
Saldo de contas - Parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	89.116	78.283	14
Saldo de contas - Parcela participantes	84.899	71.373	19
1.3. Provisões matemáticas a constituir	(1.560)	(1.876)	(17)
Serviço passado	(1.560)	(1.876)	(17)
Patrocinador(es)	(1.560)	(1.876)	(17)

DEMONSTRAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DOAP - PLANO III

(em milhares de Reais)

Descrição	2011
Patrimônio de cobertura do plano	1.211
1. Provisões matemáticas	1.211
1.1. Benefícios concedidos	-
1.2. Benefício a conceder	1.211
Contribuição definida	1.211
Saldo de contas - Parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	613
Saldo de contas - Parcela participantes	598

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

Constituição A BFPP - Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada ("Entidade" ou "BFPP") nova denominação social da Perdigão - Sociedade de Previdência Privada é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, nos termos do artigo 5º, Item II, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O funcionamento da Entidade foi autorizado pela Portaria nº 3.729 do Ministério da Previdência Social - MPS por prazo indeterminado em 27 de dezembro de 1996.

Objetivo: A Entidade possui autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo por objetivo administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária destinados aos funcionários e administradores das patrocinadoras.

Planos de Benefícios e Patrocinadoras: Os planos administrados pela Entidade e os seus patrocinadores são os seguintes:

Plano I de Previdência Brasil Foods – Plano I, estruturado sob a modalidade Contribuição Variável, encontra-se fechado para adesões desde 31.01.2009.

- BRF - Brasil Foods S.A.
- Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo BRF

Plano II de Previdência Brasil Foods – Plano II, estruturado sob a modalidade de Contribuição Variável, encontra-se fechado para adesões desde 01.10.2011.

- BRF – Brasil Foods S.A.
- Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo BRF
- Sino dos Alpes Alimentos Ltda.

Plano III de Previdência Brasil Foods – Plano III, estruturado sob a modalidade de Contribuição Definida, em funcionamento desde 01.10.2011.

- BRF – Brasil Foods S.A.
- Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo BRF
- Sadia S.A.
- Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada - BFPP

Participantes: São participantes todos os funcionários das patrocinadoras, anteriormente apresentadas, que aderiram a um dos planos de benefícios administrados pela Entidade. Em 31 de dezembro de 2011, o total de participantes ativos é 13.791 (14.079 em 2010), autopatrocinados 122 (104 em 2010) e assistidos (aposentados e pensionistas) em gozo de benefícios 63 (56 em 2010).

Tipos de Benefícios:

- **Aposentadoria normal** - O benefício por aposentadoria normal é assegurado aos participantes, desde que atendidas, cumulativamente as seguintes condições: Plano I - ter no mínimo 60 (sessenta) anos de idade e 10 (dez) anos de serviço creditado; Planos II e III - ter no mínimo 60 (sessenta) anos de idade e 3 (três) anos de tempo de vinculação ao Plano.
- **Aposentadoria antecipada** - O benefício por aposentadoria antecipada é assegurado aos participantes, desde que atendidas, cumulativamente as seguintes condições: Plano I - ter no mínimo 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 10 (dez) anos de serviço creditado e não ter direito a aposentadoria normal; Planos II e III - ter no mínimo 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 3 (três) anos de tempo de vinculação ao Plano e não ter direito a aposentadoria normal.
- **Aposentadoria por invalidez** - O benefício por aposentadoria por invalidez é assegurado aos participantes, desde que atendidas, cumulativamente as seguintes condições: Planos I, II e III - ter no mínimo 1 (um) ano de serviço creditado e ser elegível a aposentadoria por invalidez pela Previdência Social.
- **Pensão por morte** - O benefício de pensão por morte é concedido aos beneficiários do participante, que vier a falecer, desde que na data do falecimento o mesmo atenda as seguintes condições: Planos I, II e III - ter no mínimo 1 (um) ano de serviço creditado e não estar aguardando o preenchimento das condições estipuladas no regulamento para recebimento do benefício proporcional, além do beneficiário ter a concessão do benefício de pensão por morte pela Previdência Social.
- **Benefício proporcional** - O benefício proporcional será concedido ao participante que tiver optado ou

presumida a opção pelo instituto do benefício proporcional diferido e requerer o pagamento deste benefício após ter preenchido as seguintes condições: Plano I - ter no mínimo 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 10 (dez) anos de serviço creditado; Planos II e III - ter no mínimo 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 3 (três) anos de tempo de vinculação ao Plano.

- **Abono anual** - O abono anual será concedido ao participante que estiver recebendo ou que tenha recebido no exercício benefício de prestação mensal, bem como aos beneficiários que estejam recebendo ou que tenham recebido no exercício a pensão por morte.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da BFPP estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Instrução PREVIC nº 1, de 22 de março de 2011, Instrução DC/PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial, quando aplicável, e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS substitui a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (consolidada) apresentada no exercício de 2010, alterando a forma de apresenta o dos saldos dos fundos administrativos e fundos de investimentos. A reconcilia o dos saldos da DMAL e DMPS relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está apresentada abaixo:

Saldo originalmente apresentado (DMAL - 31.12.2010)	<u>182.460</u>
Ajustes e reclassifica�es	31
Fundo administrativo	31
Saldo reapresentado (DMPS - 31.12.2011 - Saldo inicial)	<u>182.491</u>

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade estão resumidas a seguir:

a. Apura o do resultado

O regime de apura o de resultado é de competência, exceto quanto ao recolhimento das contribui es dos participantes autopatrocinados, que são escrituradas pelo regime de caixa.

b. Disponível

Registra as disponibilidades existentes nos bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional.

c. Realizável

Gestão previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores dos direitos da Entidade, relativos às contribui es das patrocinadoras e dos participantes.

Adicionalmente, as contribui es de autofinanciados, vinculados a plano de benefício do tipo contribui o definida, são registrados pelo regime de caixa.

Gestão administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de opera es de natureza administrativa.

Investimentos

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Administração na data de aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação:** registra os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, e seus efeitos são reconhecidos em conta específica no resultado do exercício (demonstrações das mutações do patrimônio social e demonstrações das mutações do ativo líquido por plano de benefícios).
- **Títulos mantidos até o vencimento:** registra os títulos para os quais haja intenção e capacidade financeira da Entidade de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 (doze) meses, a contar da data de aquisição e que sejam considerados, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais devem impactar o resultado do exercício (demonstrações das mutações do patrimônio social e demonstrações das mutações do ativo líquido por plano de benefícios).

d. Gestão Administrativa

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, revogada pela Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, e a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo. O saldo do fundo administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Entidade utiliza os seguintes critérios:

- **Receitas:** alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- **Despesas Específicas:** alocadas diretamente ao plano que as originou;
- **Despesas Comuns:** são rateadas de acordo com o patrimônio de cada plano de benefícios.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

e. Exigível operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, salários dos empregados da Entidade, prestação de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.

f. Exigível contingencial

As provisões para contingências são avaliadas periodicamente e são constituídas tendo como base o Pronunciamento CPC 25, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e considerando a avaliação da Administração e de seus consultores jurídicos, sendo consideradas suficientes para cobrir prováveis perdas decorrentes desses processos.

g. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas em bases atuariais pelos, e sob a responsabilidade dos atuários externos, contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder dos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista nos regulamentos dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

A provisão matemática de benefícios concedidos engloba o compromisso atuarial referente aos pagamentos futuros de benefícios vitalícios dos participantes que já estão em gozo de benefícios e o saldo remanescente para aqueles participantes que recebem rendas continuadas não vitalícias.

A provisão matemática de benefícios a conceder, se iguala aos saldos de conta formados pelas contribuições das patrocinadoras e participantes que ainda não estejam em gozo de benefícios, acrescidas do retorno dos investimentos.

O cálculo atuarial se aplica apenas à parcela das provisões matemáticas de benefícios concedidos que englobam as rendas vitalícias em pagamento. A provisão matemática de benefícios a conceder tem por base o método de capitalização financeira para avaliação de todos os benefícios do plano de aposentadoria.

h. Equilíbrio Técnico

Registra o excedente (superávit) ou a insuficiência (déficit) patrimonial em relação compromissos dos Planos de Benefícios, apurado até a data do balanço.

i. Fundos previdenciais

Os Fundos previdenciais são compostos pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas no cálculo dos benefícios e por ganhos e perdas atuariais e poderá ser utilizado para reduzir as contribuições futuras das patrocinadoras, ou para a cobertura de eventuais insuficiências verificadas nos respectivos planos de benefícios.

j. Imposto de renda, PIS e COFINS

Imposto de renda

Em 29 de dezembro de 2004, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.053, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005, quando o imposto de renda incidiu sobre os benefícios pagos a participantes dos planos da Entidade, de acordo com as regras dispostas na forma da Lei.

Também a partir de 1º de janeiro de 2005, de acordo com o art. 5º da referida Lei, ficam dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões matemáticas, das reservas técnicas e dos fundos dos planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

PIS/COFINS

Calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas, conforme Anexo III da Instrução Normativa nº 247, de 21 de novembro de 2002 (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações, proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

4. Disponível

Registra as disponibilidades existentes em bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional.

	2011	2010
Banco Itaú Unibanco S.A.	1	-
Western Asset Management Company	1	1
HSBC Bank Brasil S.A - Banco Múltiplo	3	-
	<u>5</u>	<u>1</u>

5. Realizável - Gestão previdencial

Registra os valores a receber das patrocinadoras, dos participantes e autopatrocinados relativos às contribuições mensais.

Contribuições do mês e outros realizáveis

Refere-se a valores de contribuições previdenciais normais e extraordinárias mensais devidas pelos patrocinadores, participantes e autopatrocinados e outros realizáveis como Impostos a recuperar. Os valores

serão recebidos ou recuperados no próximo mês.

	2011	2010
Patrocinadores	720	586
Participantes	798	653
Autopatrocinados	3	2
IR a recuperar	6	-
Reembolso de despesas	-	42
	<u>1.527</u>	<u>1.283</u>

6. Realizável – Gestão Administrativa

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa.

a. Outros realizáveis

Refere-se aos direitos a receber da Gestão Administrativa decorrentes de pagamentos efetuados a maior a fornecedores e impostos a compensar.

7. Realizável – Investimentos

a. Composição da carteira de investimentos

	2011		2010
	Valor de custo	Valor de Mercado/contábil	Valor de Mercado/contábil
Títulos para negociação	<u>191.671</u>	<u>199.022</u>	<u>181.653</u>
Renda fixa	<u>149.179</u>	<u>149.180</u>	<u>133.105</u>
Letras Financeiras do Tesouro	114	115	-
Cotas de fundos de investimento - FIC Renda Fixa (*)	79.714	79.714	95.333
PSPP Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de investimento	79.714	79.714	95.333
Cotas de fundos de investimento – FI Renda Fixa (**)	69.096	69.096	37.595
HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Multi IV	29.096	29.096	24.867
HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Reno	-	-	11.130
HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Volga	12.554	12.554	1.598
HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Mississippi	20.688	20.688	-
HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Tâmisia	6.758	6.758	-
Cotas de fundos de investimento – FI Renda Fixa (***)	255	255	177
Western Asset Sovereign II SELIC Referenciado Fundo Investimento	255	255	177
Renda variável	42.492	49.842	48.548
Cotas de fundos de investimentos em ações (***)	<u>28.402</u>	<u>28.402</u>	<u>32.733</u>
Western Asset Institucional 50 Ações Fundo de Investimento em Ações	<u>28.402</u>	<u>28.402</u>	<u>32.733</u>
HSBC Fundo de Investimento Ações Institucional	-	-	-
Ações de companhias abertas - patrocinadora (****)	13.862	21.212	15.678
Ações de companhias abertas	<u>228</u>	<u>228</u>	137
Títulos mantidos até o vencimento	<u>10.253</u>	<u>9.778</u>	-
Renda fixa	<u>10.253</u>	<u>10.253</u>	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	<u>9.781</u>	<u>9.235</u>	-
Letras Financeiras do Tesouro	<u>472</u>	<u>543</u>	-

(*) Fundo administrado pelo Banco Itaú Unibanco S.A.

(**) Fundos administrados pelo HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo

(***) Fundos administrados pela Western Asset Management CO. DTVM LTDA

(****) Referem-se a ações da BRF - Brasil Foods S.A. (BRFS3). No mês de junho de 2009, a Entidade

adquiriu 125.158 ações exercendo o direito de subscrição por ocasião da oferta primária de ações da empresa Patrocinadora BRF Brasil Foods S.A., permanecendo porém dentro dos limites legais estabelecidos pela legislação vigente.

b. Composição da carteira dos Fundos exclusivos

Em 31 de dezembro de 2011 a Entidade é cotista exclusiva do PSPP Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento e Western Asset Institucional 50 Ações Fundo de Investimento em Ações. Abaixo a carteira dos Fundos exclusivos com posição em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
PSPP Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento		
Itaú Oasis Renda Fixa - Fundo de Investimento	8.715	23.245
Itaú Perfil Referenciado DI - Fundo de Investimento	23.867	28.416
UBB Fidelidade W Fundo de Investimento Multimercado	14.326	14.601
UBB Master Fundo de Investimento Renda Fixa IMAB 5+	-	13.732
UBB Master Fundo de Investimento Renda Fixa IMAB 5	-	15.355
Itaú Unibanco Portfólio IMAB 5+ Fundo de Investimento Renda Fixa	24.038	-
Itaú Unibanco Portfólio IMAB 5 Fundo de Investimento Renda Fixa	7.952	-
Itaú Fidelidade T - Fundo de Investimento Multimercado	821	-
Valores a pagar	(17)	(20)
Disponível	<u>12</u>	<u>4</u>
Total dos investimentos do Fundo	<u>79.714</u>	<u>95.333</u>
Western Asset Institucional 50 Ações Fundo de Investimento em Ações		
Western Asset Sovereign II SELIC Referenciado Fundo de Investimento	269	215
Letras Financeiras do Tesouro	-	184
Ações	28.028	32.298
Valores a pagar	(771)	(64)
Valores a receber	846	90
Disponível	<u>30</u>	<u>10</u>
Total dos investimentos do Fundo	<u>28.402</u>	<u>32.733</u>
Total	<u>108.116</u>	<u>128.066</u>

c. Custódia dos investimentos

Os títulos públicos federais, os investimentos em cotas de Fundos de Investimento e as ações mantidas em carteira própria da Entidade, estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil - SELIC, nos respectivos administradores e/ou na Cetip S.A. - Mercados Organizados e na Cia. Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC) respectivamente, por meio do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, Banco Itaú Unibanco S.A. e Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em atendimento à Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

d. Composição por prazo de vencimento

Descrição	Vencimento	2011 Saldo contábil	2010 Saldo contábil
Títulos Públicos Federais		<u>209.275</u>	<u>181.653</u>
Notas do Tesouro Nacional (NTN)		<u>10.368</u>	-
NTN - Série B	15/08/2012	113	-
NTN - Série B	15/08/2014	74	-
NTN - Série B	15/08/2015	915	-
NTN - Série B	15/08/2020	557	-
NTN - Série B	15/08/2030	1.795	-
NTN - Série B	15/08/2030	1.018	-
NTN - Série B	15/08/2030	212	-
NTN - Série B	15/08/2040	754	-

Descrição	Vencimento	2011 Saldo contábil	2010 Saldo contábil
NTN - Série B	15/05/2045	3.000	-
NTN - Série B	15/08/2050	1.343	-
Letras Financeiras do Tesouro	07/03/2013	587	-
Fundos de Investimento		<u>177.467</u>	<u>165.838</u>
Renda Fixa		<u>40.255</u>	<u>12.905</u>
HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Mississippi	Sem vencimento	20.688	-
HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Tâmis	Sem vencimento	6.758	-
HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Volga	Sem vencimento	12.554	1.598
HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Reno	Sem vencimento	-	11.130
Western Asset Sovereign II SELIC Referenciado Fundo de Investimento	Sem vencimento	255	177
Ações		<u>28.402</u>	<u>32.733</u>
Western Asset Institucional 50 Ações Fundo de Investimento em Ações	Sem vencimento	28.402	32.733
Multimercado		<u>108.810</u>	<u>120.200</u>
HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Multi IV	Sem vencimento	29.096	24.867
PSPP Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	Sem vencimento	79.714	95.333
Ações	Sem vencimento	<u>21.440</u>	<u>15.815</u>

e. Parâmetros para retorno das aplicações

A Política de Investimento dos planos da Entidade define os seguintes parâmetros para retorno das aplicações:

	Segmento	
	Renda fixa	Renda variável
Benchmark	CDI + IMA-B	Ibovespa.
Tipo de gestão	Ativa, com retorno desejado de 60% CDI + 10% IMAB 5 + 30% IMAB 5+.	Ativa, com o objetivo de superar o Benchmark
Nível de risco admitido e VaR	Confiabilidade de 95%, horizonte de 21 d.u. e BVaR de 2% em relação ao Benchmark do segmento.	Confiabilidade de 95%, horizonte de 21 d.u. e BVaR de 5% em relação ao Benchmark do segmento.

f. Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

A avaliação de mercado considera os seguintes parâmetros:

- As aplicações em cotas de Fundos de investimentos são valorizadas pelo valor das respectivas cotas na data do balanço, informado pelos Administradores dos Fundos. As carteiras desses Fundos são, basicamente, constituídas por títulos públicos (LFT, LTN e NTN) e ações de companhias abertas, avaliados a mercado.
- As ações de companhias abertas são registradas pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento das ações, no último dia útil do exercício ou em que foram negociadas em Bolsas de Valores.

g. Rentabilidade dos investimentos

A Entidade encerrou o exercício de 2011 com uma rentabilidade acumulada de 8,98% (10,08% em 2010), inferior à meta atuarial que foi de 12,36% (12% em 2010).

No segmento de Renda Fixa, a rentabilidade apurada foi de 13,45% (11,86% em 2010), superando o

benchmark composto (60% CDI + 10% IMAB 5 + 30% IMA-B 5+), que foi de 13,27% (11,90% em 2010 com benchmark 70% CDI + 30% IMA-B).

Já no segmento de Renda Variável, a rentabilidade apurada foi de -1,36% (7,79% em 2010), superando o benchmark (Ibovespa) que foi de -18,11% (0,75% em 2010 com benchmark IBrX 50). O desempenho da carteira foi impactado por posições em ações estratégicas que tiveram desempenho superior ao Ibovespa no ano.

h. Metodologia e critérios para avaliação dos riscos

Risco de mercado

A metodologia usada está definida no documento "mandato aos gestores", através de limites de exposição ao risco de mercado de acordo com a metodologia de cálculo de valor em risco (VaR) para avaliação no segmento de Renda Fixa, e o *Tracking Error*, para o segmento de renda variável. Caso a Entidade julgue necessário e pertinente, segundo as condições de mercado e estratégia de investimentos, controles de risco adicionais podem ser utilizados.

Risco de crédito

A Entidade delega para o gestor de recursos a aprovação de limites de crédito para os emissores de títulos de renda fixa, conforme definido nos mandatos aos gestores de recursos. São usadas as avaliações das agências classificadoras de risco.

Não são permitidos investimentos em títulos que sejam considerados de médio/alto risco de crédito quer por agência classificadora de risco ou comitê de crédito do gestor de recursos.

Risco de liquidez

A Entidade, continuamente, procede ao gerenciamento deste risco através de estudos de projeção de liquidez e *Asset Liability Management* (ALM). Com a adoção dessa política, a Entidade visa a eliminar a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar seus compromissos previdenciários no curto prazo.

Operacional

A Entidade registra eventuais perdas operacionais incorridas, realiza avaliações periódicas de suas atividades e processos, identificando os riscos inerentes e a efetividade dos controles praticados e quando necessário implanta planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles, mecanismo que resulta em menor exposição a riscos.

Legal

Como forma de gerenciar o risco legal, a Entidade avalia todos os contratos junto a seus prestadores que participam do processo de Investimentos da Entidade além de garantir acesso às possíveis mudanças na regulamentação.

Sistêmico

Mesmo diante da dificuldade de gerenciar e avaliar o risco sistêmico, a Entidade procura buscar informações no mercado que a auxiliem nesta avaliação e tomar todas as medidas cabíveis sempre que identificar sinais de alerta no mercado.

8. Exigível operacional

Os compromissos do Exigível Operacional são assim demonstrados:

• Gestão Previdencial:

	2011	2010
Benefícios a pagar	<u>155</u>	<u>257</u>
Folha de benefícios	141	144
Provisão para pagamento de benefícios	14	113
Retenções a recolher	<u>63</u>	<u>128</u>
Imposto de renda retido na fonte	63	128
	<u>218</u>	<u>385</u>

- **Gestão administrativa**

	2011	2010
Contas a pagar	<u>45</u>	<u>56</u>
Serviços de terceiros	31	49
Administradores	14	7
Retenções a recolher - Impostos diretos a recolher	<u>5</u>	<u>5</u>
	<u>50</u>	<u>61</u>

9. Exigível contingencial

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não existem ações classificadas pelos assessores jurídicos e/ou administração da Entidade com probabilidade de perda provável ou possível, não havendo constituição de provisão contábil e divulgação dessas ações

10. Critérios de rateio das despesas administrativas

As despesas específicas de cada plano de benefícios serão descontadas integralmente do saldo daqueles que as originaram. Os critérios de rateio das demais despesas estarão detalhadas no planejamento anual orçamentário aprovado pelo Conselho Deliberativo.

As despesas administrativas das entidades fechadas de previdência complementar consistem nos gastos incorridos na administração de seus planos de benefícios, o que engloba desde os gastos com pessoal até os custos incorridos nos investimentos dos recursos garantidores dos planos.

11. Critérios para constituição e reversão dos fundos

- **Previdenciais**

O Fundo previdencial é composto pelas parcelas de contribuições das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento, e por ganhos e perdas atuariais. As patrocinadoras poderão utilizar os recursos do fundo previdencial total ou parcialmente para financiar suas contribuições.

- **Administrativo**

O Fundo administrativo é constituído pelos valores excedentes das contribuições em relação às despesas ocorridas.

As despesas específicas de cada plano de benefícios serão descontadas integralmente do saldo daqueles que as originaram. Os critérios de rateio das demais despesas estarão detalhadas no planejamento anual

12. Patrimônio de cobertura do plano – provisões matemáticas

As provisões matemáticas foram determinadas em bases atuariais, segundo cálculos efetuados pela Towers Watson Consultoria Ltda, contratada pela Entidade, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, oriundos de benefícios concedidos e a conceder a participantes, assistidos e seus beneficiários.

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício de 2011 pode ser resumida como segue:

- **Plano I de Previdência Brasil Foods – Plano I**

	1º janeiro de 2011	Constituição/ (reversão)	31 dezembro de 2011
Patrimônio social	<u>30.647</u>	<u>(2.624)</u>	<u>28.023</u>
Patrimônio de cobertura do plano	<u>28.009</u>	<u>(2.596)</u>	<u>25.413</u>
Provisões matemáticas	<u>26.785</u>	<u>(2.582)</u>	<u>24.203</u>

	1º janeiro de 2011	Constituição/ (reversão)	31 dezembro de 2011
Benefícios concedidos	9.899	753	10.652
Contribuição definida	581	(181)	400
Saldo de contas dos assistidos	581	(181)	400
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	9.318	934	10.252
Valor atual dos benefícios Futuros programados - Assistidos	7.769	874	8.643
Valor atual dos benefícios Futuros não programados - Assistidos	1.549	60	1.609
Benefícios a conceder	17.166	(3.428)	13.738
Contribuição definida	17.166	(3.428)	13.738
Saldo de contas - Parcela patroc./instituidores	9.530	(1.875)	7.655
Saldo de contas - Parcela participantes	7.636	(1.553)	6.083
(-) Provisões matemáticas a constituir	(280)	92	(187)
(-) Serviço passado	(280)	92	(187)
(-) Patrocinadores	(280)	92	(187)
Equilíbrio técnico	1.224	(14)	1.210
Resultados realizados	1.224	(14)	1.210
Superávit técnico acumulado	1.224	(14)	1.210
Reserva de contingência	1.224	(14)	1.210
Fundos	2.638	(28)	2.610
Fundos previdenciais	2.614	(34)	2.580
Fundo de sobras de contribuições	2.614	(34)	2.580
Fundos administrativos	24	6	30
Plano de gestão administrativa	24	6	30

• **Plano II de Previdência Brasil Foods – Plano II**

	1º janeiro de 2011	Constituição/ reversão	31 dezembro de 2011
Patrimônio social	151.844	29.497	181.341
Patrimônio de cobertura do plano	150.137	28.319	178.455
Provisões matemáticas	150.137	28.319	178.455
Benefícios concedidos	2.357	3.643	6.000
Contribuição definida	2.357	3.643	6.000
Saldo de contas dos assistidos	2.357	3.643	6.000
Benefícios a conceder	149.656	24.359	174.015
Contribuição definida	149.656	24.359	174.015
Saldo de contas - Parcela patroc./instituidores	78.283	10.833	89.116
Saldo de contas - Parcela participantes	71.373	13.526	84.899
(-) Provisões matemáticas a constituir	(1.876)	317	(1.560)
(-) Serviço passado	(1.876)	317	(1.560)
(-) Patrocinadores	(1.876)	317	(1.560)
Fundos	1.707	1.178	2.885
Fundos previdenciais	1.700	1.142	2.842
Fundo de sobras de contribuições	1.700	1.142	2.842
Fundos administrativos	7	36	43
Plano de gestão administrativa	7	36	43

• **Plano III de Previdência Brasil Foods – Plano III**

	1º janeiro de 2011	Constituição/ reversão	31 dezembro de 2011
Patrimônio social	-	1.211	1.211
Patrimônio de cobertura do plano	-	1.211	1.211
Provisões matemáticas	-	-	1.211
Benefícios a conceder	-	1.211	1.211
Contribuição definida	-	1.211	1.211

Saldo de contas - Parcela patroc./instituidores	-	613	613
Saldo de contas - Parcela participantes	-	598	598

13. Hipóteses e Métodos Atuariais

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Patrimônio Social foram:

Por ser o Plano I de Previdência Brasil Foods estruturado na modalidade de contribuição definida durante o período de acumulação das reservas, as provisões matemáticas de benefícios a conceder se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Sendo assim, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação destes compromissos.

Para a apuração das provisões matemáticas de benefícios concedidos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses	2011	2010
Taxa real anual de juros	5,5% a.a	5,5% a.a
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0% a.a	0% a.a
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	100%	100%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 ^(*)	AT-2000 ^(*)
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1983	RRB-1983

(*) Segregada por sexo, constituída baseada na AT-2000 Basic desagravada em 10%.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios, poderia ser definida com base nas taxas de juros reais de títulos de longo prazo, de baixo risco de crédito, na data-base da avaliação atuarial. Essas taxas, observadas nos títulos públicos (NTN-B), encontravam-se, na data da avaliação, em torno de 5,8% a.a. Sendo assim, as patrocinadoras optaram por utilizar a taxa de juro de 5,5% a.a.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independentemente de eventual redução inflacionária.

Hipóteses biométricas e demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo. Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

Regime financeiro e métodos atuariais

Os benefícios do Plano I de Previdência Brasil Foods são avaliados pelo regime de Capitalização, método de Capitalização Financeira.

Por ser o Plano II de Previdência Brasil Foods estruturado na modalidade de contribuição definida durante o período de acumulação das reservas, as provisões matemáticas de benefícios a conceder se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Adicionalmente, os benefícios

em pagamento pelo plano não foram concedidos na forma de renda vitalícia e, portanto, suas provisões matemáticas são iguais aos saldos remanescente registrados no Balanço em 31 de dezembro de 2011.

Assim sendo, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes, com exceção da capacidade salarial de 100% para apuração das contribuições estimadas para o próximo exercício.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes dos salários que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independentemente de eventual redução inflacionária.

Regime financeiro e métodos atuariais

Os benefícios do Plano II de Previdência Brasil Foods são avaliados pelo regime de Capitalização, método de Capitalização Financeira.

Por ser o Plano III de Previdência Brasil Foods estruturado na modalidade de contribuição definida, as provisões matemáticas se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Assim sendo, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes, com exceção da capacidade salarial de 100% para apuração das contribuições estimadas para o próximo exercício.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes dos salários que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independentemente de eventual redução inflacionária.

Regime financeiro e métodos atuariais

Os benefícios do Plano III de Previdência Brasil Foods são avaliados pelo regime de Capitalização, método de Capitalização Financeira.

14. Outras Informações

- ***Alteração do estatuto da Entidade***

Através do Ofício nº 2.609/CGAT/DITEC/PREVIC, de 21 de junho de 2011, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, aprovou a alteração do Estatuto desta Entidade que promoveu importantes alterações dentre as quais destacam-se a alteração da sua denominação social de Perdigão - Sociedade de Previdência Privada para BFPP - Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada; a alteração de sua sede de Videira (SC) para São Paulo (SP) e outros ajustes em sua estrutura de governança.

- ***Alteração nos planos de benefícios***

Em 05 de setembro de 2011 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através do Ofício nº 4.099/CGAT/DITEC/PREVIC aprovou a alteração do regulamento do Plano de Benefícios Perdigão Previdência (Plano I), que passou a se chamar Plano I de Previdência Brasil Foods - Plano I, para promover ajustes de desenho do plano e prever a opção de migração de reservas para o Plano III de Previdência Brasil Foods.

Em 09 de setembro de 2011 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através do Ofício nº 4.167/CGAT/DITEC/PREVIC aprovou a alteração do regulamento do Plano de Previdência Perdigão (Plano II), que passou a se chamar Plano II de Previdência Brasil Foods - Plano II, para promover

o seu fechamento de massa e ajustes de desenho do plano, com previsão de migração de reservas para o Plano III.

- **Implantação do Plano III de Previdência Brasil Foods**

Em 26 de julho de 2011, foi aprovada a implantação do Plano III de Previdência Brasil Foods - Plano III, por meio do ofício nº 3362/CGAF/DITEC/PREVIC, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Foi aprovado ainda o Convênio de Adesão celebrado entre a Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada - BFPP e as empresas Patrocinadoras do Plano III de Previdência Brasil Foods.

- **Resolução MPS/CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011**

Em 16 de dezembro de 2011 foi divulgada no Diário Oficial da União a Resolução MPS/CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 que revoga as resoluções CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, e a Resolução MPS/CNPC nº 1 de 03 de março de 2011. A referida resolução dispõe sobre a planificação contábil padrão e adequou as Demonstrações Contábeis e as normas e procedimentos contábeis.

- **Investimentos**

Em conformidade com a Política de Investimentos do Plano I de Previdência Brasil Foods foi constituída a carteira composta por títulos públicos do Governo Federal, - Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B), onde foram alocadas as reservas matemáticas correspondentes aos benefícios concedidos do Plano I. Os títulos foram adquiridos de acordo com os vértices apontados pelo estudo de ALM (Asset Liability Management), realizado em 2010, e são marcados na curva (títulos mantidos até o vencimento).

- **Certificação de dirigentes**

Para elevar ainda mais o nível de governança corporativa da Entidade, e em atendimento à Instrução CMN 3.792, de 24 de setembro de 2009, no decorrer dos exercícios de 2010 e 2011, dois membros do Conselho Deliberativo, três membros da Diretoria Executiva e dois membros do Comitê de Investimentos da Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada obtiveram a certificação por experiência, concedida pelo ICSS - Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social.

15. Eventos subsequentes

- Como parte do processo de reorganização do programa previdenciário do Grupo BRF, encontra-se em fase de aprovação na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, o processo de transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios FAF, da Fundação Atílio Francisco Xavier Fontana - FAF para esta Entidade, que concentrará a gestão de todos os programas previdenciários do Grupo BRF, Após a aprovação pelo órgão público competente, a Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada conduzirá um processo de reestruturação administrativa, de forma a unificar a gestão dos planos.
- A Entidade submeteu para aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, seu Programa de Educação Financeira e Previdenciária, tendo sido aprovado através do Ofício nº 516/2012/CGAC/DIACE/PREVIC, de 17 de fevereiro de 2012, com a dispensa do envio, por meio impresso, de relatório anual de informações aos participantes em 2012, referentes às informações de 2011.
- A Brasil Foods Sociedade de Previdência privada contratou consultoria especializada para realizar no exercício de 2012 um estudo de aderência das hipóteses atuariais relativamente aos Planos I e II, constituídos na modalidade de contribuição variável.

Diretoria

Rosane von Mecheln
Diretora Superintendente
CPF: 552.220.999-20

Vilço de Medeiros
Diretor de Seguridade
CPF 458.533.809-82

Evandro Franco Correa
Diretor
CPF 106.477.808-51

Contador Responsável

Alex Sandro da Silva
Contador
CRC 1 SP 265940/O-9
CPF: 253.819.028-24

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da
BFPP - Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada
(Nova denominação social da Perdigão - Sociedade de Previdência Privada) – São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BFPP - Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada ("Entidade") nova denominação social da Perdigão - Sociedade de Previdência Privada, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, das mutações do ativo líquido, dos planos de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se

causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da BFPP - Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Outros assuntos

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC) por meio da Resolução CNPIC nº 8 em 31 de outubro de 2011, substituiu a demonstração das mutações do ativo líquido consolidada pela demonstração das mutações do patrimônio social, que alterou a forma de apresentação dos saldos de fundos administrativos e fundos de investimentos.

São Paulo, 16 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador
CRC SP-160769/O-0 S-SC

Carlos Omar Abdo
Contador
CRC 1SP205629/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 58 do Estatuto da Sociedade e tendo em vista as disposições da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e suas alterações posteriores, examinou as Demonstrações Contábeis da BFPP, referentes ao exercício findo em 31.12.2011, compostas por: Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA, Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios – DOAP e respectivas Notas Explicativas; Parecer Atuarial por plano de benefícios emitido pela Consultoria Atuarial Towers Watson Brasil e Parecer dos Auditores Independentes KPMG Auditores Independentes. Com base nas análises dos documentos apresentados e no parecer dos auditores independentes, este Conselho é de opinião unânime que as demonstrações contábeis e atuariais estão de acordo com as normas legais e que os mesmos apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31.12.2011, razão pela qual encaminha ao Conselho Deliberativo da Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada, com parecer favorável à sua aprovação.

Videira (SC), 26 Març o de 2012.

Amarildo Carlos Rodrigues
Presidente do Conselho

Lola Pergher
Conselheira

Luciano Dal’Alba
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada, no cumprimento de suas obrigações que lhe conferem os Incisos III e VII do artigo 38 do Estatuto da Sociedade e tendo em vista as disposições da Resolução CGPC n  28 de 26 de janeiro de 2009, e suas alterações posteriores, examinou as Demonstrações Contábeis da BFPP, referentes ao exercício findo em 31.12.2011, compostas por: Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA, Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios – DOAP e respectivas Notas Explicativas; Parecer Atuarial por plano de benefícios emitido pela Consultoria Atuarial Towers Watson Brasil e Parecer dos Auditores Independentes KPMG Auditores Independentes. Após análise dos documentos supracitados e respaldado pelo Parecer do Conselho Fiscal de 26.03.2011, o Conselho Deliberativo resolve, por unanimidade de votos, aprovar os documentos referentes ao exercício findo em 31.12.2011, as quais serão divulgadas a todos os Participantes dos Planos administrados por esta Entidade.

São Paulo (SP), 27 Març o de 2012.

Gilberto Antonio Orsato
Presidente do Conselho

Josmar Franceschini
Conselheiro

João Maria Cassiano Neto
Conselheiro

Antonio Luiz Oneda
Conselheiro

Luiz F. Carvalho de Araujo
Conselheiro

PARECER ATUARIAL

O Parecer Atuarial é elaborado por um atuário, que determina o valor do passivo atuarial e o plano de custeio necessário para honrar os pagamentos dos benefícios estabelecidos pelo regulamento dos planos. Este parecer é dado a partir da Avaliação Atuarial, que é o estudo técnico no qual o atuário mensura os recursos (patrimônio) necessários para a cobertura dos benefícios oferecidos (compromissos) pelo Plano de Benefícios. A avaliação atuarial é feita no mínimo anualmente, com base nos dados estatísticos da população coberta pelo Plano, como a taxa de mortalidade, taxa de sobrevivência após a aposentadoria, taxa de retorno esperada para os investimentos, patrimônio do plano, entre outras.

PARECER ATUARIAL DO PLANO I DE PREVIDÊNCIA BRASIL FOODS – PLANO I

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2011 do Plano I de Previdência Brasil Foods da BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade e pelo HSBC Fundo de Pensão posicionado em 30/09/2011.

As empresas patrocinadoras do Plano I de Previdência Brasil Foods são: BRF – Brasil Foods S/A e Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo BRF.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2011.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade, por suas patrocinadoras e pelo HSBC Fundo de Pensão, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada aos participantes e respectivos beneficiários do Plano I de Previdência Brasil Foods.

O Plano I de Previdência Brasil Foods da BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada encontra-se em extinção desde 31/01/2009.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 487, de 05/09/2011, publicada no D.O.U. em 06/09/2011.

I – Estatísticas

Benefícios a Conceder	30/9/2011
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
- Número	2.176
- Idade média (em anos)	40,1
- Tempo de serviço médio (em anos)	14,5
Participantes em aguardo de benefício proporcional	
- Número	8

Benefícios Concedidos	30/9/2011
Número de aposentados válidos	37
Número de aposentados inválidos	2
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo	3
Número de pensionistas (grupos familiares)	8

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada e contam com o aval das patrocinadoras do Plano I de Previdência Brasil Foods conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006.

Por ser o Plano I de Previdência Brasil Foods estruturado na modalidade de contribuição definida durante o período de acumulação das reservas, as provisões matemáticas de benefícios a conceder se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Sendo assim, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação destes compromissos.

Para a apuração das provisões matemáticas de benefícios concedidos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2011	2010
Taxa real anual de juros	5,5% a.a.	5,5% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
- Benefícios do plano	100%	100%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2011	2010
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 (*)	AT-2000 (*)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983

(*) Segregada por sexo, constituída baseada na AT-2000 Basic desagregada em 10%

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios, poderia ser definida com base nas taxas de juros reais de títulos de longo prazo, de baixo risco de crédito, na data-base da avaliação atuarial.

Essas taxas, observadas nos títulos públicos (NTN-B), encontravam-se, na data da avaliação, em torno de 5,8% a.a. Sendo assim, as patrocinadoras optaram por utilizar a taxa de juro de 5,5% a.a.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independentemente de eventual redução inflacionária.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas.

Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os benefícios do Plano I de Previdência Brasil Foods são avaliados pelo regime de Capitalização, método de Capitalização Financeira.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço da BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada de 31 de dezembro de 2011, o Patrimônio Social do Plano I de Previdência Brasil Foods é de R\$ 28.023.139,78.

De acordo com informações prestadas pela BFPP para a manutenção de títulos marcados na curva, o

Plano I de Previdência Brasil Foods possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução nº 4/2002

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pelo HSBC Fundo de Pensão.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	25.413.461,53
Provisões Matemáticas	24.203.551,65
Benefícios Concedidos	10.652.328,64
Contribuição Definida	400.401,62
Saldo de Conta de Assistidos	400.401,62
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	10.251.927,02
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	8.643.043,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.608.884,02
Benefícios a Conceder	13.738.777,00
Contribuição Definida	13.738.777,00
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)	7.655.177,60
Saldo de Contas - Parcela Participantes	6.083.599,40
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
Provisão Matemática a Constituir	(187.553,99)
Serviço Passado	(187.553,99)
Patrocinador(es)	(187.553,99)
Participantes	-
Equilíbrio Técnico	1.209.909,88
Resultados Realizados	1.209.909,88
Superávit Técnico Acumulado	1.209.909,88
Reserva de Contingência	1.209.909,88
Reserva para Revisão de Plano	-
Fundos	2.609.678,25
Fundo Administrativo	29.860,35
Fundo de Sobras de Contribuições	2.579.817,90

O Fundo de Sobras de Contribuições, de acordo com o item 7.4 do regulamento do Plano I de Previdência Brasil Foods, é constituído pela parcela da Conta de Patrocinadora não utilizada no pagamento de benefícios ou institutos e será utilizado para reduzir contribuições futuras da patrocinadora ou para a cobertura de eventuais insuficiências verificadas no plano, ou para formação de um fundo de oscilação de riscos para benefícios Concedidos, desde que previsto no plano de custeio anual aprovado pelo Conselho Deliberativo e elaborado com base no parecer atuarial emitido pelo Atuário.

V – Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2011 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2010 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2011.

	Valores em R\$		
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	Varição em %
Passivo Atuarial	24.391.105,64	23.804.224,58	2,47
<i>Benefícios Concedidos</i>	10.652.328,64	10.065.447,58	5,83
- Contribuição Definida	400.401,62	400.401,62	-
- Benefício Definido	10.251.927,02	9.665.045,96	6,07
<i>Benefícios a Conceder</i>	13.738.777,00	13.738.777,00	-
- Contribuição Definida	13.738.777,00	13.738.777,00	-
- Benefício Definido	-	-	-

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e a parcela de contribuição definida de Benefícios

Concedidos é composta apenas por saldos de conta e, portanto, não apresentam fator de risco atuarial.

A parcela de benefício definido da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos aumentou devido aos participantes ativos que iniciaram o recebimento de benefício.

VI – Plano de Custeio

Patrocinadoras

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, durante o ano de 2012, conforme previsto no regulamento do plano, as contribuições que foram estimadas em 1,06% da folha de salários de participação, sendo 0,97% correspondente à contribuição normal e 0,09% relativo à cobertura das Provisões Matemáticas a Constituir – Serviço Passado.

Nestas contribuições das patrocinadoras não está considerado o percentual necessário para a cobertura das despesas administrativas, pois estas despesas serão cobertas diretamente pela patrocinadora.

As patrocinadoras poderão utilizar o Fundo de Sobras de Contribuições para abater as contribuições a serem vertidas para o plano ao longo do exercício de 2012.

O prazo remanescente de amortização da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado é de 5 anos e 7 meses, contados a partir de 30/09/2011.

Participantes

As contribuições dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no regulamento do plano, que foram estimadas em 0,95% da folha de salários de participação, sendo 0,84% correspondente à contribuição básica e 0,11% correspondente à contribuição suplementar.

Autopatrocínados

As contribuições dos participantes autopatrocinados deverão ser praticadas conforme previsto no regulamento do plano, que foram estimadas em 0,11% da folha de salários de participação. Os participantes autopatrocinados também deverão contribuir para as despesas administrativas com o valor correspondente a 0,2% do salário de participação, conforme informado pela BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada.

Benefícios Proporcionais Diferidos

Os participantes que estão exercendo a opção pelo benefício proporcional diferido deverão contribuir para as despesas administrativas com o valor correspondente a 0,20% do salário de participação, conforme informado pela BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos e contribuição realizada pelo participante, as taxas de contribuição definida apresentadas neste parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

VII – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano I de Previdência Brasil Foods da BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2012

Monica Teixeira de Andrade

MIBA nº 1.117

PARECER ATUARIAL DO PLANO II – PLANO II DE PREVIDÊNCIA BRASIL FOODS

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2011 do Plano II de Previdência Brasil Foods da BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade e pelo HSBC Fundo de Pensão posicionado em 30/09/2011.

As empresas patrocinadoras do Plano II de Previdência Brasil Foods são: BRF Brasil Foods S/A, Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo BRF, Sino dos Alpes Alimentos Ltda. e BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2011.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade, por suas patrocinadoras e pelo HSBC Fundo de Pensão, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada aos participantes e respectivos beneficiários do Plano II de Previdência Brasil Foods.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 503, de 09/09/2011, publicada no D.O.U. em 12/09/2011.

I – Estatísticas

Benefícios a Conceder	30/9/2011
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
- Número	11.516
- Idade média (em anos)	37,8
- Tempo de serviço médio (em anos)	12,5
Participantes em aguardo de benefício proporcional	
- Número	28
<hr/>	
Benefícios Concedidos	30/9/2011
Número de aposentados válidos	10
Número de aposentados inválidos	-
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo	2
Número de pensionistas (grupos familiares)	-

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

Por ser o Plano II de Previdência Brasil Foods estruturado na modalidade de contribuição definida durante o período de acumulação das reservas, as provisões matemáticas de benefícios a conceder se

igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Adicionalmente, os benefícios em pagamento pelo plano não foram concedidos na forma de renda vitalícia e, portanto, suas provisões matemáticas são iguais aos saldos remanescente registrados no Balanço em 31/12/2011.

Assim sendo, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes, com exceção da capacidade salarial de 100% para apuração das contribuições estimadas para o próximo exercício.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes dos salários que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independentemente de eventual redução inflacionária.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os benefícios do Plano II de Previdência Brasil Foods são avaliados pelo regime de Capitalização, método de Capitalização Financeira.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço da BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada de 31 de dezembro de 2011, o Patrimônio Social do Plano II de Previdência Brasil Foods é de R\$ 181.340.999,14.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pelo HSBC Fundo de Pensão.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	178.455.562,29
Provisões Matemáticas	178.455.562,29
Benefícios Concedidos	5.999.445,39
Contribuição Definida	5.999.445,39
Saldo de Conta de Assistidos	5.999.445,39
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	-
Benefícios a Conceder	174.015.273,98
Contribuição Definida	174.015.273,98
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)	89.115.754,34
Saldo de Contas - Parcela Participantes	84.899.519,64
Provisão Matemática a Constituir	(1.559.157,08)
Serviço Passado	(1.559.157,08)
Patrocinador(es)	(1.559.157,08)
Participantes	-
Equilíbrio Técnico	-
Resultados Realizados	-
Superávit Técnico Acumulado	-
Reserva de Contingência	-
Reserva para Revisão de Plano	-
Fundos	2.885.436,85
Fundo Administrativo	43.336,38
Fundo de Sobras de Contribuições	2.842.100,47

O Fundo de Sobras de Contribuições, de acordo com o artigo 52 do regulamento do Plano II de Previdência Brasil Foods, é constituído pela parcela da Conta de Patrocinadora não utilizada no pagamento de benefícios ou institutos e será utilizado para reduzir contribuições futuras da patrocinadora ou para a cobertura de eventuais insuficiências verificadas no plano, desde que previsto no plano de custeio anual aprovado pelo Conselho Deliberativo e elaborado com base no parecer atuarial emitido pelo Atuário.

V – Plano de Custeio

Patrocinadoras

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, durante o ano de 2012, conforme previsto no regulamento do plano, as contribuições que foram estimadas em 2,46% da folha de salários de participação, sendo 2,15% correspondente à contribuição normal, 0,22% correspondente à contribuição específica, na hipótese de os participantes contribuintes continuarem a efetuar contribuições em 2012, e 0,09% relativo à cobertura da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado.

Nestas contribuições da patrocinadora não está considerado o percentual necessário para a cobertura das despesas administrativas, pois estas despesas serão cobertas diretamente pela patrocinadora.

As patrocinadoras poderão utilizar o Fundo de Sobras de Contribuições para abater as contribuições

a serem vertidas para o plano ao longo do exercício de 2012.

O prazo remanescente de amortização da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado é de 5 anos e 7 meses, contados a partir de 30/09/2011.

Participantes

As contribuições dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no regulamento do plano, que foram estimadas em 2,73% da folha de salários de participação, sendo 2,15% correspondente à contribuição básica e 0,58% correspondente à contribuição suplementar.

Autopatrocিনados

As contribuições dos participantes autopatrocinados deverão ser praticadas conforme previsto no regulamento do plano, que foram estimadas em 0,20% da folha de salários de participação. Os participantes autopatrocinados também deverão contribuir para as despesas administrativas com o valor correspondente a 0,20% do salário de participação, conforme informado pela BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada.

Benefícios Proporcionais Diferidos

Os participantes que estão exercendo a opção pelo benefício proporcional diferido deverão contribuir para as despesas administrativas com o valor correspondente a 0,2% do salário de participação, conforme informado pela BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos e contribuição realizada pelo participante, as taxas de contribuição definida apresentadas neste parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

VI – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano II de Previdência Brasil Foods da BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2012

Monica Teixeira de Andrade

MIBA nº 1.117

PARECER ATUARIAL – PLANO III DE PREVIDÊNCIA BRASIL FOODS

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2011 do Plano III de Previdência Brasil Foods da BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade e pelo HSBC Fundo de Pensão posicionado em 30/09/2011.

Tendo em vista as características do plano e considerando que a data de início do plano foi em 01/10/2011, posterior à data base dos dados utilizados na avaliação atuarial dos Planos I e II de Previdência Brasil Foods (30/09/2011), foi acordado entre a Towers Watson e a BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada que, para a avaliação atuarial de 2011 do Plano III, não seria feita qualquer análise de dados. O resumo das estatísticas da população avaliada foi fornecido diretamente pela BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada e pelo HSBC Fundo de Pensão, posicionado em 31/12/2011.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada aos participantes e respectivos beneficiários do Plano III de Previdência Brasil Foods.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 388, de 26/07/2011.

I – Estatísticas

Benefícios a Conceder	31/12/2011
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
- Número	617
- Idade média (em anos)	30,7
- Tempo de serviço médio (em anos)	3,7

Não há participantes assistidos e participantes aguardando o benefício proporcional na data base da avaliação atuarial.

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

Por ser o Plano III de Previdência Brasil Foods estruturado na modalidade de contribuição definida, as provisões matemáticas se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Assim sendo, não cabe a

utilização de quaisquer hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes, com exceção da capacidade salarial de 100% para apuração das contribuições estimadas para o próximo exercício.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes dos salários que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independentemente de eventual redução inflacionária.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os benefícios do Plano III de Previdência Brasil Foods são avaliados pelo regime de Capitalização, método de Capitalização Financeira.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço da BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada de 31 de dezembro de 2011, o Patrimônio Social do Plano III de Previdência Brasil Foods é de R\$ 1.210.807,30.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pelo HSBC Fundo de Pensão.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.210.807,30
Provisões Matemáticas	1.210.807,30
Benefícios Concedidos	-
Contribuição Definida	-
Saldo de Conta de Assistidos	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	-
Benefícios a Conceder	1.210.807,30
Contribuição Definida	1.210.807,30
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)	612.749,87
Saldo de Contas - Parcela Participantes	598.057,43
Provisão Matemática a Constituir	-
Serviço Passado	-
Patrocinador(es)	-
Participantes	-
Equilíbrio Técnico	-
Resultados Realizados	-
Superávit Técnico Acumulado	-
Reserva de Contingência	-
Reserva para Revisão de Plano	-
Fundos	-

V – Plano de Custeio

Patrocinadoras

As patrocinadoras deverão efetuar, durante o ano de 2012, as contribuições previstas no regulamento do plano, estimadas em 2,41% da folha de salários de participação.

Nestas contribuições da patrocinadora não está considerado o percentual necessário para a cobertura das despesas administrativas, pois estas despesas serão cobertas diretamente pela patrocinadora.

Participantes

As contribuições dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no regulamento do plano, que foram estimadas em 2,41% da folha de salários de participação.

Autopatrocínados

Os participantes que optaram pelo instituto do autopatrocínio deverão efetuar além das contribuições de participantes, as contribuições de patrocinadora, mencionadas anteriormente, inclusive as destinadas ao custeio das despesas administrativas com o valor correspondente a 0,2% o salário de participação, conforme informado pela BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada.

Benefícios Proporcionais Diferidos

Os participantes que exercem a opção pelo benefício proporcional diferido deverão contribuir para as despesas administrativas com o valor correspondente a 0,2% do salário de participação, conforme informado pela BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos e contribuição realizada pelo participante, as taxas de contribuição definida apresentadas neste parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

VI – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano III de Previdência Brasil Foods da BFPP – Brasil Foods Sociedade de Previdência Privada, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2012

Monica Teixeira de Andrade

MIBA Nº 1.117

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

CONSELHO DELIBERATIVO

É responsável pelos controles, deliberação e superior orientação administrativa da BFPP. Aprova a política de investimento, alterações do estatuto e dos regulamentos, o cálculo atuarial, o orçamento geral, bem como admissão de patrocinadoras, indicação da diretoria, além de aprovar as demonstrações financeiras e contábeis.

Titulares: Gilberto Antonio Orsato (Presidente); Josmar Franceschini; Antonio Luiz Oneda; Marisilda Nabhan Guerra; Luiz Francisco Carvalho de Araújo; João Maria Cassiano Neto.

Suplentes: Silvia E. R. Coelho; Ideraldo Luiz Lima; Nelson Alves Antunes; Dilso Gentil Busanello; Sidiney Koerich; Maurício A. Cherobin

CONSELHO FISCAL

É responsável por zelar pela gestão econômica e financeira da BFPP, acompanhando os controles internos e a gestão dos recursos.

Titulares: Amarildo Carlos Rodrigues (Presidente); Lola Pergher; Luciano Dal Alba.

Suplentes: Mauro Antonio Fornazari; Joacildo Antonio Scarton; Luiz Claudio Zanotto.

DIRETORIA EXECUTIVA

É responsável por administrar a BFPP, fazendo cumprir as determinações do Conselho Deliberativo, sendo que compete ao Diretor Superintendente dirigir, coordenar e controlar todas as atividades.

Rosane von Mecheln - Diretora Superintendente
Vilço de Medeiros - Diretor de Seguridade
Evandro Franco Correa - Diretor

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

É responsável por propor à Diretoria Executiva estratégias eficientes de gestão de investimentos e acompanhar o gerenciamento das aplicações.

Composição:

Rosane von Mecheln
Edina A. Gomes Biava
Antonio Carlos Zanella
Fabio Luiz Mendes Mariano
Evandro Franco Correa
Vilço de Medeiros

CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A BFPP

CENTRAL DE ATENDIMENTO:

- 0800 286 7777 (OPÇÃO 2)
- 47 3249-4444 (OPÇÃO 2)

EMAIL: ATENDIMENTOBFPP@BRASILFOODS.COM

SITE: WWW.BFPP.COM.BR

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

- RUA JORGE TZACHEL, 475 – BAIRRO FAZENDA – ITAJAÍ – SC – CEP: 88.301-600

